

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO/SC

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO/SC

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 57/2008, da Decisão Normativa TCU n.º 100/2009 e da Portaria TCU n.º 389/2009.

Florianópolis, 25/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACI - Assessoria de Controle Interno
ACT -Acordo Técnico
CGU – Controladoria-Geral da União
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CVN -Convênio
DN – Decisão Normativa
EPE – Escritório de Projetos Estratégicos
IN – Instrução Normativa
JT/SC - Justiça do Trabalho de Santa Catarina
PORT. – Portaria
PROAD – Processo Administrativo Virtual
PROVI - Processo Virtual
RG – Relatório de Gestão
SAP1 - Sistema de Acompanhamento de Processos de 1ª Instância
SEEST - Serviço de Estatística
SELAT - Serviço de Legislação e Averbação de Tempo de Serviço
SEMI - Setor de Legislação de Magistrados e Inativos
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Gestão
SERHU - Secretaria de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICON – Sistema de Gestão de Contratos
SICONV – Sistemas de Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SisacNet – Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões via Internet
SUAP - Sistema Unificado de Administração de Processos da Justiça do Trabalho
SUN 2.0 – Sistema Unificado
SUP - Sistema Único de Protocolo do TRT/SC até outubro de 2008
TCU - Tribunal de Contas da União
TRT/SC - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UJAs - Unidades Judiciárias Avançadas

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

Tabela 1: Objetivos Estratégicos Estabelecidos em 2008	11
Tabela 2: Objetivos Estratégicos Revisados em 2009	12
Tabela 3: Situação dos 40 projetos estratégicos em dezembro de 2009	15
Tabela 4: Relação dos Programas e Áreas responsáveis	15
Tabela 5: Painel de Indicadores de Desempenho	39
Tabela 6: Dados utilizados no Painel de Indicadores de Desempenho	39
Gráfico 1: Prazo Médio de Processo	40
Gráfico 2: Taxa de Efetividade.....	40
Gráfico 3: Carga de Trabalho por Juiz de 2º Grau	41
Gráfico 4: Carga de Trabalho por Juiz de 1º Grau	41
Gráfico 5: Taxa de Congestionamento	42
Gráfico 6: Taxa de Conciliação (fase de conhecimento).....	42
Tabela 7: Cargos Efetivos - Servidores	44
Tabela 7.1: Nomeações e Vacâncias Servidores	45
Tabela 7.2: Juízes	45
Tabela 7.3: Juízes – Promoções, Permutas e Remoções	45
Tabela 7.4: Servidores Efetivos.....	45
Tabela 7.5: Servidores Provisórios, Removidos, Requisitados e Comissionados.....	45
Tabela 7.6: Cargos Efetivos Juízes Titulares e Substitutos.....	45
Tabela 7.7: Cargos Efetivos Formação Acadêmica.....	45
Tabela 8: Atos de Pessoal	59
Declaração SECAD - Contratos	60
Gráfico 7: Atos e Portarias realizadas pelo SEPAC	64
Declaração do Contador - SEFIN.....	68

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO.....	9
1.1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	9
1.2. Responsabilidades institucionais da unidade.....	9
1.2.1. Competência.....	9
1.2.2. Objetivos estratégicos.....	10
1.3. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	12
1.3.1. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	12
1.3.2. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão	14
1.4. Programas sob Responsabilidade da Unidade.....	15
1.4.1. Relação dos programas, suas principais ações e áreas responsáveis pela condução dos programas e das ações.....	15
1.4.2. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras	16
1.5. Desempenho Operacional.....	17
1.5.1. Programação Orçamentária	17
1.5.1.1. Programação das Despesas Correntes.....	17
1.5.1.2. Programação das Despesas de Capital	18
1.5.1.3. Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência	19
1.5.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	19
1.5.2. Execução Orçamentária.....	20
1.5.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	20
1.5.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação	20
1.5.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	21
1.5.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	22
1.5.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos da UJ por Movimentação	22
1.5.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação	22
1.5.2.2.2. Programação das Despesas Correntes.....	23
1.5.2.2.2. Despesas de Capital.....	23
1.5.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo	24
1.5.3.1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	25
1.5.4. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	35
1.5.5. Indicadores de Desempenho e Análise do Desempenho	36
1.6. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.....	43
1.6.1. Composição dos Recursos Humanos – Situação em 31-12-2009.....	43
1.6.2. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	43
1.6.3. Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	44
1.6.4. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos instituídos pela Unidade.....	44
1.6.5. Análise crítica sobre a situação dos Recursos Humanos	46
1.7. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	47
1.8. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	47
1.9. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição	49
1.10. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.....	49
1.11. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007.....	59

1.12. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008.....	60
1.13. Outras informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão	60
1.13.1. Delegação de Competências - RA n.º 71/2009	61
1.13.2. Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 1º Grau	61
1.13.3. Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 2º Grau	61
1.13.4. Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho no Serviço de Divulgação-SEDIV, vinculado à Secretaria Judiciária.....	62
1.13.5. Reestruturação das Áreas TRT - RA n.º 73/2009	62
1.13.6. Projeto de Apoio à Tomada de Decisão – BI	63
1.13.7. Sistema de Autoatendimento	63
1.13.8. Ações da Comissão de Gestão Ambiental	64
1.13.9. Pesquisa de Clima Organizacional.....	65
1.13.10. Gestão Eletrônica de Documentos.....	65
1.13.11. Processo Administrativo Virtual - PROAD.....	65
1.13.12. PROVI SAPI e PROVI WEB.....	65
1.13.13. Centralização de Banco de Dados SAPI.....	66
1.13.14. Sala-Cofre.....	66
1.13.15. Remoção de Servidores e Lotação-padrão	66
1.13.16. Obras	67
2. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	68
2.1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	68
3. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	68
3.1. Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º da Lei n.º 11.416, de 15-12-2006. Posição em 31-12-2009:....	68
<u>ENCERRAMENTO</u>	69
<u>ANEXOS</u>	70

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão consiste na apresentação de ações e projetos desenvolvidos no âmbito da Justiça do Trabalho de Santa Catarina no período de janeiro a dezembro de 2009, sob a administração dos Exmos. Juízes Marta Maria Villalba Falcão Fabre, Presidente, Maria do Céu de Avelar, Vice-Presidente, e Gilmar Cavalieri, Corregedor Regional.

As atividades realizadas pautaram-se pela fiel observância às atribuições e determinações definidas na Constituição da República, na Consolidação das Leis do Trabalho, no Regimento Interno e no Plano Plurianual, com destaque para as ações relevantes desenvolvidas com o propósito de oferecer aos jurisdicionados da 12ª Região uma justiça cada vez mais ágil e eficaz.

A Presidência deste Tribunal observou as diretrizes do Planejamento Estratégico para gerir a sua estrutura. O Planejamento Estratégico foi definido em 2008, e, na esteira da melhoria contínua da gestão, este Tribunal promoveu o Seminário de Revisão do Planejamento Estratégico – Ano 2009. Neste evento foram revisados a Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Estratégicos.

O presente Relatório está estruturado seguindo os itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 100/2009 e utilizando, quando cabíveis, os quadros e orientações contidos na Portaria TCU n.º 389/2009.

Os Itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 100/2009 que não se aplicam à realidade desta Unidade são: os Itens 7 a 10 do Conteúdo Geral (A); os Itens 2 a 5 das Informações Contábeis da Gestão (B); os Itens 1 a 5 e 7 do Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins (C) e Quadros para Detalhamento de Informações da Parte “C” do Anexo II (C1).

Foram selecionadas algumas das principais ações e projetos deste Tribunal que pudessem demonstrar o desempenho da gestão no exercício de 2009, as quais se encontram descritas resumidamente no item 1.13 deste Relatório, quais sejam:

- Delegação de Competências - RA n.º 71/2009;
- Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 1º Grau;
- Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 2º Grau;
- Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho no Serviço de Divulgação-SEDIV, vinculado à Secretaria Judiciária;
- Reestruturação das Áreas TRT - RA n.º 73/2009;

- Projeto de Apoio à Tomada de Decisão – BI;
- Sistema de Autoatendimento;
- Ações da Comissão de Gestão Ambiental;
- Pesquisa de Clima Organizacional;
- Gestão Eletrônica de Documentos;
- Processo Administrativo Virtual – PROAD;
- PROVI SAP1 e PROVI WEB;
- Centralização de Banco de Dados SAP1;
- Sala-Cofre;
- Remoção de Servidores e Lotação-padrão;
- Obras.

O Anexo III deste relatório apresenta o Portfólio Estratégico, contendo os programas e projetos estratégicos deste Tribunal executados em 2009.

No ano de 2010 será dada continuidade aos 27 projetos ainda em execução em dezembro de 2009 e haverá uma revisão do Portfólio, adaptando seus projetos e programas ao novo Plano Estratégico da JT/SC.

GILMAR CAVALIERI

Juiz-Presidente

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1.1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Justiça do Trabalho			Código SIORG: --
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC			
Denominação abreviada: TRT da 12ª Região			
Código SIORG: --	Código LOA: 15113	Código SIAFI: 080013	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423000
Telefones/Fax de contato:	(48) 3216-4000	(48) 3222-5055 (fax)	
Endereço eletrônico: seplan@trt12.jus.br			
Página da Internet: www.trt12.jus.br			
Endereço Postal: Rua Esteves Júnior, 395 - Centro – Florianópolis - SC - CEP: 88.015-905.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal. O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região foi criado pela Lei n.º 6.928, de 7 de julho de 1981, com jurisdição no Estado de Santa Catarina.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do TRT da 12ª Região. Aprovado em 22-5-2003 e publicado no Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina em 10-7-2003, com vigência a partir de 1º-8-2003.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regulamento Geral. Aprovado na Ata da Sessão Administrativa n.º 03/2004 em 19/02/2004. Publicada no Diário Oficial Eletrônico de Santa Catarina em 16-02-2007.			

1.2. Responsabilidades institucionais da unidade

1.2.1. Competência

Compete ao Tribunal Regional da 12ª Região processar e julgar nos termos do art. 114 da Constituição Federal, no âmbito do Estado de Santa Catarina:

- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
- os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, *o*;
- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

1.2.2. Objetivos estratégicos

O Planejamento Estratégico foi realizado no decorrer do ano de 2008 e aprovado pelo Tribunal Pleno para um período de seis anos (2008-2013), com uma revisão anual.

Na ocasião foram estabelecidos os seguintes objetivos, os quais foram organizados por perspectivas utilizando-se a ferramenta *Balanced Scorecard* – BSC:

Perspectiva	Objetivos Estratégicos – Estabelecidos em 2008
Sociedade	Aprimorar continuamente a prestação de serviços jurisdicionais.
	Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos.
	Obter o reconhecimento da relevância e da credibilidade do TRT 12ª Região junto à sociedade.
Processos Internos	Manter permanentemente atualizados a estrutura organizacional e o funcionamento da instituição.
	Manter sempre atualizados e revistos os processos de trabalho (rotinas) jurisdicionais e administrativos.

	Ampliar o ritmo da modernização da instituição pelo uso mais intenso de Tecnologia da Informação.
Aprendizado e Crescimento	Aprimorar as ações voltadas à qualidade de vida.
	Manter um quadro de pessoal comprometido e bem preparado para os desafios da modernização e da melhoria de desempenho da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.
Planejamento e Orçamento	Funcionar de maneira cada vez mais eficiente por meio da adoção de mecanismos técnicos e de gestão estratégica.
	Alinhar o planejamento orçamentário ao planejamento estratégico.

Tabela 1: Objetivos Estratégicos Estabelecidos em 2008

Fonte: SEPLAN

Dando continuidade ao processo de modernização gerencial, nos dias 19 e 20 de novembro de 2009 foi realizado o Seminário de Revisão do Planejamento Estratégico – Ano 2009, com o objetivo de:

- aprimorar o Plano Estratégico da JT/SC;
- melhor adequá-lo ao Plano Estratégico do Poder Judiciário instituído pelo CNJ por meio da Resolução n.º 70, de 19 de março de 2009;
- adequá-lo à minuta do Mapa Estratégico proposta pelo CSJT para a Justiça Trabalhista.

Como resultado final do evento foi elaborada a minuta do Plano Estratégico da JT/SC para o período 2008-2014, aprovada por meio da Resolução Administrativa n.º 106/2009, com os seguintes objetivos:

Tema	Objetivos Estratégicos – Revisados em 2009
Eficiência Operacional	Aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho.
	Aprimorar continuamente a gestão de custos operacionais.
	Promover a adequada lotação dos servidores nas unidades, priorizando a 1ª instância.
Acesso à Justiça e Efetividade	Aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão.
	Promover a efetividade no cumprimento das decisões.
Alinhamento e Integração	Promover o alinhamento estratégico e a integração de todas as unidades.
Atuação Institucional	Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos.
	Aprimorar a comunicação com o público interno e externo.
	Fortalecer as relações com instituições públicas e privadas.
Responsabilidade Socioambiental	Promover a responsabilidade socioambiental.
Gestão de Pessoas	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos juízes e servidores, com foco na estratégia.
	Melhorar continuamente o clima organizacional.

Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.
	Garantir a disponibilidade, a atualização, a ampliação e a integração dos sistemas de TI.
Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia.
	Assegurar recursos orçamentários necessários ao funcionamento da instituição.

Tabela 2: Objetivos Estratégicos Revisados em 2009

Fonte: SEPLAN

1.3. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

1.3.1. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Cumprindo o princípio constitucional da eficiência na Administração Pública e no intuito de aprimorar a qualidade do atendimento ao jurisdicionado, a Justiça do Trabalho de Santa Catarina deflagrou o processo de elaboração do seu Planejamento Estratégico no decorrer de 2008, autorizado pela Resolução Administrativa n.º 143/2007.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico envolveu a tomada de decisões sobre os objetivos de longo prazo e o estabelecimento de estratégias para alcançá-los, resultando no Plano Estratégico para o período de 2008 a 2013.

No Anexo I consta o primeiro Mapa Estratégico deste Tribunal, definido na elaboração do Planejamento Estratégico no ano de 2008.

No decorrer de 2009, mais precisamente em novembro, o Plano Estratégico foi revisado, dando continuidade ao processo de aprimoramento contínuo da estratégia.

O Seminário de Revisão do Planejamento contou com a participação dos membros do Comitê de Gestão Estratégica designados pela Portaria GP n.º 723, de 21 de outubro de 2009, e de juízes e servidores representantes do 1º Grau.

Os demais juízes e servidores que integram a Justiça Trabalhista catarinense participaram da Revisão do Mapa Estratégico por meio de votação eletrônica (intranet), na escolha da missão, da visão e dos valores.

Como resultado final do evento foi elaborada a minuta do Plano Estratégico da JT/SC para o período 2008-2014, aprovada por meio da Resolução Administrativa n.º

106/2009. No Anexo II encontra-se o Plano Estratégico deste Tribunal revisado em 2009, contendo o novo Mapa Estratégico.

No Anexo III é apresentado o Estudo de Metas e Indicadores decorrente da Revisão do Planejamento Estratégico, realizada em novembro de 2009.

O resultado desse estudo será submetido ao Comitê Estratégico (Portaria PRESI N° 723/09) para apreciação, ajustes e deliberação. A partir de então será implementado um plano de comunicação das metas e indicadores e ocorrerá o seu monitoramento, com o objetivo de envolver todos os Magistrados e servidores com a estratégia da JT-SC.

Situação das Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça em 2009:

As metas de nivelamento foram instituídas pelo CNJ por intermédio da Resolução n.º 70/2009, que estabeleceu também o Planejamento Estratégico do Judiciário Brasileiro.

Meta 1 - Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.

Situação: CUMPRIDA.

Meta 2 - Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º Grau e tribunais superiores).

Situação: NÃO CUMPRIDA. De 432 processos, restaram 35 ainda não julgados, em sua maioria, em face de longo período aguardando perícia.

Meta 3 - Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (Internet).

Situação: CUMPRIDA. Os dados serão diagnosticados pelo Comitê Nacional de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário (CNG-TI).

Meta 4 - Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos.

Situação: CUMPRIDA.

Meta 5 – Não direcionada à Justiça do Trabalho.

Meta 6 - Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.

Situação: CUMPRIDA. Dos 66 administradores de Unidades Judiciárias de 1º Grau e 28 de 2º Grau, todos foram capacitados em gestão de pessoas e de processos de trabalho.

Meta 7 - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (Internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.

Situação: CUMPRIDA.

Meta 8 - Cadastrar todos os magistrados nos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (BACEN-JUD, INFOJUD, RENAJUD).

Situação: NÃO CUMPRIDA NA INTEGRALIDADE. Magistrados (1º e 2º Graus) cadastrados no BACEN-JUD: 109; no INFOJUD: 110; e no RENAJUD: 96.

Meta 9 - Implantar núcleo de controle interno.

Situação: CUMPRIDA.

Meta 10 - Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

Situação: CUMPRIDA. O processo eletrônico já existe em todas as 07 Varas da Capital. Os dados serão diagnosticados pelo Comitê Nacional de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário (CNG-TI).

1.3.2. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão

O Plano de ação deste Tribunal traduz-se no Portfólio Estratégico, que reúne todos os Programas e Projetos Estratégicos de acordo com cada objetivo do Planejamento.

O Portfólio, apresentado no Anexo IV, foi elaborado no ano de 2008, anteriormente à Revisão do Planejamento Estratégico ocorrida em novembro de 2009.

Em dezembro de 2009, a situação dos 40 projetos estratégicos era a seguinte:

Em execução	27
Em planejamento	6
Pausados	1
Não iniciados	4
Concluídos	2

Tabela 3: Situação dos 40 projetos estratégicos em dezembro de 2009

Fonte: EPE

Relativamente aos onze Programas Estratégicos, eles já estavam em execução em dezembro de 2009.

No ano de 2010 o Portfólio será revisado, adaptando seus projetos e programas ao novo Plano Estratégico da JT/SC.

1.4. Programas sob Responsabilidade da Unidade

1.4.1. Relação dos programas, suas principais ações e áreas responsáveis pela condução dos programas e das ações

Programa/Ações	Responsável
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO (0089)	SOF
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E TRABALHISTA (0571):	
Assistência Jurídica Pessoas Carentes	SEFIN
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	SECOR/SEEDS
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações	SOF
Aquisição do Fórum Trabalhista de Florianópolis	SECAD
Ações de Informática	SEINFO
Capacitação de Recursos Humanos	SERHU/SCD
Auxílio-Alimentação	SOF
Auxílio Transporte	SOF
Assistência Pré-Escolar	SOF
Assistência Médica	SERHU/SASER

Tabela 4: Relação dos Programas e Áreas responsáveis

Fonte: SOF

1.4.2. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
09	272	0089	0396	A		UNIDADE	425	440	458
02	061	0571	4256	A		UNIDADE	89.539	88.909	100.413
02	061	0571	4224	A		UNIDADE	3.057	1.387	2.203
02	061	0571	2004	A		UNIDADE	5.092	4.378	5.076
02	061	0571	2010	A		UNIDADE	257	214	233
02	061	0571	2011	A		UNIDADE	21	15	14
02	061	0571	2012	A		UNIDADE	1.544	1.502	1.496
02	061	0571	4091	A		UNIDADE	3.444	2.725	4.000
02	061	0571	1M84	P		UNIDADE	1	-	
RESTOS A PAGAR 2008 E REINSCRIÇÃO DE 2007									
02	061	0571	11ED			% execução física		36,57%	
02	061	0571	11E2			% execução física		0,24%	
02	061	0571	11DW			% execução física		82,60%	
02	061	0571	11ET			% execução física		52,99%	12%

Fonte : SIGPLAN 2009

Notas: 1) Nas ações 2004, 2010, 2011 e 2012 foram consideradas as metas realizadas em dezembro/09 por serem ações com metas não acumulativas.

2) Reinscrição de 2007, incluídos no demonstrativo acima, das Ações: a) 11ED (Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul) = 17,60% ; b) 11ET (Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Joinville) = 5,91%.

3) O Programa de trabalho “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” recebeu Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.067.803,00, não havendo tempo suficiente para o pagamento das requisições, havendo desta forma uma variação grande entre o físico e o realizado.

As considerações sobre atingimento das metas físicas e financeiras são apresentadas posteriormente, no item 1.5.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo. Os demonstrativos individualizados por Programa de Governo são acompanhados das devidas considerações.

1.5. Desempenho Operacional

1.5.1. Programação Orçamentária

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJs

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO	15113	080013

1.5.1.1. Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA	381.298.636,00	396.773.038,00			26.979.921,00	26.605.572,00	
	LOA	381.298.636,00	396.773.038,00			25.564.994,00	24.674.823,00	
CRÉDITOS	Suplementares		21.848.758,00	6.666.572,00			2.199.117,00	6.220.216,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00			0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00			0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00			0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00			0,00	0,00
	Créditos Cancelados			(662.779,00)			(500.716,00)	(532.825,00)
Outras Operações								
Total		403.147.394,00	402.776.831,00			27.263.395	30.362.214,00	

Dotação proposta pela Unidade Orçamentária

Ano 2008 - 1) Incluídos os valores recebidos pela Administração Direta – R\$ 30.672.535,00 (Precatórios)

2) Inclusão dos valores referentes a passivos e incorporações – R\$ 133.675.770,74 nas Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Ano 2009 - 1) Inclusão dos valores referente a passivos e incorporações – R\$ 73.350.000,00 nas Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

1.5.1.2. Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	5.872.744,00	3.846.400,00	4.000.000,00	14.000.000,00		
	LOA	5.872.744,00	3.846.400,00	4.000.000,00	14.000.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		3.288.754,00	40.585,00			
	Especiais	Abertos	700.000,00				
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		(1.066.284,00)	(2.200.000,00)			
Outras Operações				(4.000.000,00)			
Total		8.795.214,00	1.686.985,00	0,00	14.000.000,00		

Ano 2008 - Na proposta prévia foram incluídos valores de projetos: Aquisição Fórum Trabalhista Florianópolis – R\$ 16.000.000,00 ; Construção Vara de Joaçaba R\$ 800.000,00; Construção Vara Curitiba R\$ 600.000,00; Construção Vara de Mafra R\$ 600.000,00; Construção Vara Rio do Sul R\$ 1.500.000,00; Construção Fórum Jaraguá do Sul R\$ 1.500.000,00; Construção Vara Canoinhas R\$ 800.000,00; Construção Vara Timbó R\$ 800.000,00; Construção Vara São Miguel do Oeste R\$ 200.000,00; Construção Fórum Joinville R\$ 2.000.000,00 e Construção Vara São Bento do Sul R\$ 200.000,00.

Ano 2009 - Na Proposta Prévia foram incluídos valores de projetos que estão com proposta de exclusão na PPA 2008-2011

Investimentos : 11.E8 - Construção Fórum Trabalhista de Balneário Camboriú – R\$ 3.600.000,00 ;

11.E5 - Construção Fórum Trabalhista de São José - R\$ 5.000.000,00;

11.DW - Construção do Fórum Trabalhista de Jaraguá do Sul - R\$ 3.600.000,00

1.5.1.3. Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	31.050.728,00	38.461.903,00	9.000.000,00	19.800.000,00		
	PLOA	26.979.921,00	26.605.572,00	5.872.744,00	3.846.400,00		
	LOA	25.564.994,00	24.674.823,00	5.872.744,00	3.846.400,00		
CRÉDITOS	Suplementares		2.199.117,00	6.220.216,00	3.288.754,00	40.585,00	
	Especiais	Abertos			700.000,00		
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		(500.716,00)	(532.825,00)	(1.066.284,00)	(2.200.000,00)	
Outras Operações							
Total		27.263.395,00	30.362.214,00	8.795.214,00	1.686.985,00		

Ano 2009 - Na Proposta Prévia foram incluídos valores de projetos que estão com proposta de exclusão na PPA 2008-2011

Investimentos : 11.E8 - Construção Fórum Trabalhista de Balneário Camboriú – R\$ 3.600.000,00 ;

11.E5 - Construção Fórum Trabalhista de São José - R\$ 5.000.000,00;

11.DW – Construção do Fórum Trabalhista de Jaraguá do Sul - R\$ 3.600.000,00

1.5.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos	080001	024290	-	-	59.344,00

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Obs: Recurso repassado pelo TST com o objetivo de reestruturar as unidades jurisdicionadas para o atendimento ao público.

1.5.2. Execução Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO	15113	080013

1.5.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

1.5.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	682.277,97	292.361,02	562.881,20	162.091,57
Tomada de Preços	765.271,75	193.490,23	1.765.271,75	193.490,23
Concorrência	4.300.000,00	0,00	4.300.000,00	0,00
Pregão	10.297.841,89	11.410.394,51	9.537.055,63	8.510.124,61
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	2.377.943,33	16.420.932,62	2.055.851,47	15.959.013,22
Inexigibilidade	5.699.513,66	4.425.251,27	5.413.848,99	3.914.185,86
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	143.025,00	140.547,08	113.964,70	76.770,29
Pagamento de Pessoal				

Pagamento em Folha	376.085.580,52	411.920.509,24	376.085.580,22	411.920.509,24
Diárias	1.000.000,00	1.050.000,00	910.288,36	801.380,29
Outros	416.648.833,15	419.430.444,48	416.130.297,03	418.136.244,27

1.5.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
01 - Aposentarias e Ref.	49.866.728,12	56.340.950,40	49.866.728,12	56.220.950,40	20.740,39	0,00	4.643,80	0,00
11 - Vecto Vant. Fixas	243.623.873,37	276.968.431,82	243.590.141,38	276.868.431,82	146.487,64	33.731,99	147.487,64	33.731,99
13 - Obrigações Patronais	46.810.799,27	50.607.525,64	5.899.236,55	50.517.445,30	7.237.555,54	910.367,60	21.976,90	1.925,50
Demais elementos do grupo	62.845.993,24	18.859.923,14	62.249.802,31	17.615.480,14	15.896.243,95	269.153,71	15.696.049,12	522.889,43
2 – Juros e Enc. da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Desp. Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
30 - Material de consumo	1.366.259,60	964.505,36	1.366.259,60	763.530,04	293.363,22	160.724,39	243.462,06	102.307,09
36 - Outros Serv. PF	1.515.806,19	2.697.395,70	1.515.806,19	1.553.031,30	284.075,94	81.597,47	275.474,48	62.467,41
39 - Outros Serv. PJ	11.287.928,64	7.982.878,15	11.287.928,64	5.890.317,87	2.379.763,48	2.998.227,06	2.042.935,15	2.546.235,31
Demais elementos do grupo	13.122.407,80	18.249.112,55	9.019.852,06	4.109.201,81	636.732,90	903.536,31	716.118,25	743.690,07

1.5.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada			RP não processados		Valores Pagos
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
51 – Obras e Instalações	8.177.799,84	267.667,91	622.265,83	58.058,43	7.741.834,20	8.399.963,43	6.896.061,10	3.449.972,43
52 - Equip. Material Permanente	2.383.744,89	1.411.770,03	646.660,15	460.549,49	1.193.068,03	1.559.889,91	1.192.189,08	1.507.802,80
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
61 – Aquisição de Prédios	0,00	14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000.000,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

1.5.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos da UJ por Movimentação

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO	15113	080013

1.5.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade		59.344,00		59.344,00

Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	30.672.355,00		30.672.355,00	

Ano 2008 - Recebimento de sentenças judiciais para pagamento de precatórios.

Ano 2009 – Recurso destinado para infraestrutura das unidades visando atendimento ao público.

1.5.2.2.2. Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações		30.672.355,00	0,00				59.344,00
Total		30.672.355,00	0,00				59.344,00

1.5.2.2.2. Despesas de Capital

Sem movimentação.

1.5.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
09	272	0089	0396	A		UNIDADE	425	440	458
02	061	0571	4256	A		UNIDADE	89.539	88.909	100.413
02	061	0571	4224	A		UNIDADE	3.057	1.387	2.203
02	061	0571	2004	A		UNIDADE	5.092	4.378	5.076
02	061	0571	2010	A		UNIDADE	257	214	233
02	061	0571	2011	A		UNIDADE	21	15	14
02	061	0571	2012	A		UNIDADE	1.544	1.502	1.496
02	061	0571	4091	A		UNIDADE	3.444	2.725	4.000
02	061	0571	1M84	P		UNIDADE	1	-	
RESTOS A PAGAR 2008 E REINSCRIÇÃO DE 2007									
02	061	0571	11ED			% execução física		36,57%	
02	061	0571	11E2			% execução física		0,24%	
02	061	0571	11DW			% execução física		82,60%	
02	061	0571	11ET			% execução física		52,99%	12%

Fonte: SIGPLAN 2009

Notas: 1) Nas ações 2004,2010,2011 e 2012 foram consideradas as metas realizadas em dezembro/09 por serem ações com metas não acumulativas.

2) Reinscrição de 2007, incluídos no demonstrativo acima, das Ações: a) 11ED (Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul)= 17,60%; b) 11ET(Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Joinville)= 5,91%.

3) O Programa de trabalho “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” recebeu Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.067.803,00, não havendo tempo suficiente para o pagamento das requisições , havendo desta forma uma variação grande entre o físico e o realizado.

1.5.3.1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Programa 0089.0396.00001 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Este programa tem por objetivo assegurar aos servidores inativos da União e seus pensionistas dependentes os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos. Conta apenas com uma ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensão.

Demonstrativo:

PTRES 000.641 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0089.0396.0001	PESSOAS BENEFICIADAS
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	425
META REALIZADA	440
VARIÇÃO REALIZAÇÃO %	103,53%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2008
Dotação Inicial	62.003.809,00
Suplementação	4.622.253,00
Dotação Autorizada	67.381.556,00
Despesa realizada	67.196.619,50
Crédito disponível em 31/10/09	0,00
Saldo inscrito em Restos a Pagar	184.936,50

Considerações:

A variação ocorrida de 3,53% refere-se ao crescente número de servidores e magistrados que solicitaram sua aposentadoria, e em relação a execução financeira ocorreram despesas não previstas, com pagamento do adicional por tempo de serviço dos magistrados referente ao período de janeiro de 2005 a maio de 2006.

Programa 0901 – Operações Especiais

No programa 0901 – Operações Especiais, nas ações programáticas 28.846.0901.0005.0001 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) e 28.846.0901.0625.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor (SPV) foram disponibilizados recursos orçamentários no

montante de R\$ 2.907.979,00, tendo sido considerado como despesa executada liquidada o valor de R\$ 1.812.914,28, e como saldo disponível o valor de R\$ 1.095.064,72.

Programa 0571 - Prestação jurisdicional e trabalhista

Para o exercício de 2009 este programa contou com 10 ações orçamentárias.

02.061.0571.4224.0042 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

02.122.0571.09HB.0042 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações

02.122.0571.1M84.0101 - Aquisição do Fórum Trabalhista de Florianópolis

02.126.0571.2003.0001 – Ações de Informática

02.128.0571.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos

02.306.0571.2012.0001 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

02.331.0571.2011.0001 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

02.365.0571.2010.0001- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores

02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empr. Dependentes

Exercício 2008 - Restos a Pagar:

02.122.0571.11ED.0101 - Construção do Edifício-Sede da Vara Trabalho de São Bento do Sul

02.122.0571.11ET.0101 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Joinville

02.122.0571.11DW.0101 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Curitiba

02.122.0571.11E2.0101 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São M. Oeste

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA conforme SIGPLAN (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão): Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregados, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

Beneficiários: Jurisdicionados e sociedade civil em geral.

No exercício de 2009 foram repassados recursos orçamentários administrados pelo TST, nas ações programáticas 02.122.0571.2C73.0001 – Manutenção do Sistema Integrado de Gestão no valor de R\$ 59.344,00, com o objetivo reestruturar as unidades jurisdicionadas para o atendimento ao público.

Demonstrativo, de forma individualizada, do comportamento de cada uma das ações orçamentárias que compõem este programa:

PTRES 000.642 - ASSISTÊNCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.4224.0042	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	3.057
META REALIZADA	1.387
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	45,37%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	800.000,00
Suplementação/Cancelamentos	1.067.803,00
Dotação Autorizada	1.867.803,00
Despesa realizada	797.923,60
Saldo Inscrito Restos a Pagar	1.069.879,40
Saldo	0,00

Considerações:

Os recursos orçamentários do exercício de 2009, no programa nº 02.061.0571.4224.0042 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, administrados pelo TST, foram disponibilizados no montante de R\$ 1.867.803,00. Desse montante, R\$ 800.000,00 foi disponibilizado no Orçamento do exercício de 2009, possibilitando o pagamento das requisições de honorários referentes aos meses de outubro a dezembro de 2008 (remanescentes) e de janeiro a maio do exercício de 2009. O valor de R\$ 1.067.803,00, referente à suplementação de recursos para 2009, foi disponibilizado em 30-12-2009 e inscrito em RP para pagamento do saldo remanescente, o que permitiu o pagamento apenas dos meses de maio a novembro (primeira parcela) de 2009. Ficaram pendentes de pagamento as requisições dos meses de novembro (segunda parcela) e dezembro de 2009, no valor de R\$ 95.271,80, que serão pagas com o orçamento de 2010.

Entretanto, visando adequação orçamentária, foi publicada nova Portaria GP nº 696, de 13-10-2009, que fixou o limite em R\$ 600,00 por pessoa assistida. A previsão orçamentária para esse programa é realizada com base nos valores das normas vigentes e na

média dos pedidos encaminhados. Mesmo com a adequação, o orçamento disponibilizado não permitiu totalizar o pagamento das despesas dentro do exercício.

PTRES 000.636 - APRECIÇÃO DE CAUSAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.4256.0001	PROCESSOS SOLUCIONADOS
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	89.539
META REALIZADA	88.909
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO %	99,30%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	294.979.083,00
Suplementação/Cancelamentos	(857.244,00)
Dotação Autorizada	294.121.839,00
Despesa realizada	291.553.216,21
Saldo inscrito em Restos a Pagar	2.568.079,45
Crédito disponível	543,34

PTRES 000.635 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.09HB.0042	
EXERCÍCIO 2009	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	49.843.900,00
Suplementação/Cancelamentos	1.208.825,00
Dotação Autorizada	51.052.725,00
Despesa realizada	50.962.644,96
Saldo inscrito em Restos a Pagar	90.080,34

Considerações:

O total de recursos destinados à ação programática diz respeito às contribuições da União sobre as despesas com pessoal - parte patronal .

PTRES 020.656 - AQUISIÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE FLORIANÓPOLIS	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.1M84.0101	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	1
META REALIZADA	0
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO %	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	

DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	14.000.000,00
Suplementação/Cancelamentos	0,00
Dotação Autorizada	14.000.000,00
Despesa realizada	0,00
Saldo Restos a Pagar	14.000.000,00

Considerações:

Na ação 1M84 foi previsto o valor de R\$ 14.000.000,00 para o exercício de 2009, para a aquisição do prédio da Caixa Econômica Federal, destinado à instalação do Fórum Trabalhista de Florianópolis, cujo valor total será complementado com recursos provenientes do Convênio nº CVN-028/2009, firmado com a Caixa Econômica Federal.

Para a aquisição foi formalizado o Processo nº CD-220/2009, com a publicação do extrato de dispensa de licitação, conforme art. 24, X, da Lei nº 8.666/1993, publicado no DOU de 26/08/2009, que se encontra na Secretaria do Patrimônio da União - SPU, para as providências de sua responsabilidade, para após serem concluídos os procedimentos de realização da despesa.

PTRES 24.345 - AÇÕES DE INFORMÁTICA	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.2003.0001	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	
META REALIZADA	
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	5.000.000,00
Suplementação/Cancelamentos	(1.800.000,00)
Dotação Autorizada	3.200.000,00
Despesa realizada	2.046.316,53
Saldo Empenho a Pagar	1.153.285,56
Crédito disponível	397,91

Considerações:

Embora não existam metas específicas para o programa de trabalho “Ações de Informática”, os créditos autorizados foram investidos objetivando o auxílio ao atendimento de outras metas de programas/ações, tais como:

- Projeto Piloto de Processo Eletrônico Judicial - PROVI, nas unidades judiciárias da capital;
- Projeto de Processo Administrativo Eletrônico - PROAD, para a gestão dos processos administrativos;

- Aquisições de equipamentos para manutenção do parque instalado;
- Serviços de manutenção evolutiva e corretiva dos sistemas de acompanhamento processual;
- Serviços de suporte e manutenção da operação das atividades do Tribunal (CSI, SSU e etc).

PTRES 000.648 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.4091.0001	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	3.444
META REALIZADA	2.725
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	79,12%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	800.000,00
Suplementação/Cancelamentos	(331.524,00)
Dotação Autorizada	468.476,00
Despesa realizada	339.254,69
Saldo Empenho a Pagar	63.441,63
Crédito disponível	65.779,68

Considerações:

A redução no valor orçamentário disponível forçou um replanejamento das ações de capacitação oferecidas. Proporcionalmente, contudo, a meta realizada foi atingida com maior eficiência no uso dos recursos do que o planejado, uma vez que o custo por vaga foi reduzido de R\$ 232,28 para R\$ 147,78.

PTRES 000.637 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.2012.0001	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	1.544
META REALIZADA	1.502
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	97,28%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	8.337.600,00
Suplementação/Cancelamentos	2.227.249,41
Dotação Autorizada	10.564.849,41
Despesa realizada	10.520.723,71
Saldo Restos a Pagar	44.125,70

Considerações:

A redução de 2,72% refere-se à falta de preenchimento de cargos vagos e também aos servidores cedidos que retornaram à origem.

PTRES 000.638 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.2011.0001	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	21
META REALIZADA	15
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	71,43%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2008
Dotação Inicial	80.000,00
Suplementação/Cancelamentos	(49.000,00)
Dotação Autorizada	31.000,00
Despesa realizada	25.288,52
Saldo Restos a Pagar	5.711,48

Considerações:

A redução de 28,57% justifica-se pelo fato de que alguns servidores deixaram de fazer jus ao benefício, em razão de o valor da despesa com transporte ter passado a ser inferior ao do percentual de sua parcela de participação no programa.

PTRES 000.649 - ASSISTÊNCIA PRÉ- ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.2010.0001	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	257
META REALIZADA	214
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	83,27%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	350.000,00
Suplementação/Cancelamentos	262.470,00
Dotação Autorizada	612.470,00
Despesa realizada	610.566,00
Saldo Restos a Pagar	5.711,48

Considerações:

A redução de 16,73% refere-se ao não preenchimento de cargos vagos e também ao atingimento da idade-limite dos dependentes para a percepção do benefício.

PTRES 000.650 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES EMP. DEPENDENTES	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.2004.0001	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	5.092
META REALIZADA	4.378
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	85,98%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial	2.202.639,00
Suplementação/Cancelamentos	383.240,00
Dotação Autorizada	2.585.879,00
Despesa realizada	2.408.858,31
Saldo Empenhos a Pagar	173.668,75
Crédito disponível	3.351,94

Considerações:

Dentre o total de servidores/magistrados/dependentes aptos a receber atendimentos do SASER, via intervenção direta ou mediante Plano de Saúde GEAP/Auxílio-Assistência à Saúde, estavam previstos 5.092 beneficiários. Durante o ano de 2009, foi efetivamente beneficiado um total de 4.378. A diferença mostra que há um público a ser atingido, especialmente aquele não coberto por nenhum plano de saúde.

RESTOS A PAGAR DE 2008 E REINSCRIÇÃO DE 2007

PTRES 000.647 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE SÃO BENTO DO SUL	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.11ED.0101	UNIDADE
EXERCÍCIO	2008
META PREVISTA	
META REALIZADA	36,57%
VARIAÇÃO %	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Dotação Inicial – Saldo 2008	240.000,00
Suplementação/Cancelamentos	0,00
Dotação Autorizada	240.000,00
Despesa realizada	240.000,00
Saldo	0,00

Considerações:

Dos recursos destinados para a construção do edifício-sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul, no exercício de 2007, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) foram utilizados, em 2008, R\$ 473.296,98 (quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos) e, em 2009, R\$ 126.703,02 (cento e vinte e seis mil, setecentos e três reais e dois centavos).

Os recursos destinados no exercício de 2008, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), foram utilizados em 2009 na sua totalidade. Para o término da obra foram utilizados recursos do acordo de cooperação técnica, ACT-002/2006, assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 76.351,53 (setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos).

Obra de 720,53 m², no valor total de R\$ 916.351,53 (novecentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos), inaugurada no mês de dezembro/2009, com execução de 100%.

PTRES 026.009 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE CURITIBANOS	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.11DW.0101	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	
META REALIZADA	82,60%
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO %	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Saldo Restos a Pagar	700.000,00
Suplementação/Cancelamentos	0,00
Dotação Disponível Ano 2009	700.000,00
Despesa realizada	700.000,00
Saldo	0,00

Considerações:

Dos recursos destinados para a construção do edifício-sede da Vara do Trabalho de Curitiba, no exercício de 2008, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), foram utilizados em 2009 R\$ 578.212,72 (quinhentos e setenta e oito mil, duzentos e doze reais e setenta e dois centavos).

Para o término da obra serão utilizados ainda recursos do convênio CVN-028/2009, assinado com a Caixa Econômica Federal.

Obra de 460,12 m2, com previsão de inauguração em junho de 2010. Execução de 58%.

PTRES 013.759 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE SÃO MIGUEL D'OESTE	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.11E2.0101	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	0
META REALIZADA	0,25%
VARIAÇÃO REALIZAÇÃO%	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2009
Saldo Restos a Pagar/2008	240.000,00
Suplementação/Cancelamentos	0,00
Dotação Disponível Ano 2009	240.000,00
Despesa realizada	240.000,00
Saldo	0,00

Considerações:

Os recursos destinados para a construção do edifício-sede da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste, no exercício de 2007, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) foram todos utilizados em 2008.

Os recursos destinados no exercício de 2008, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), foram utilizados nesse exercício na sua totalidade. Para o término da obra foram utilizados recursos do acordo de cooperação técnica, ACT-002/2006, assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 17.011,13 (dezessete mil, onze reais e treze centavos).

Obra de 739,60 m2 inaugurada no mês de outubro/2008, com execução de 100%.

PTRES 013.758 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE	
PROGRAMA DE TRABALHO : 0571.11ET.0101	UNIDADE
EXERCÍCIO	2009
META PREVISTA	40%
META REALIZADA	0 %
VARIAÇÃO %	(100%)
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES EM R\$)	
DESCRIÇÃO	2008
Dotação Inicial	2.000.000,00
Suplementação/Cancelamentos	2.300.000,00

Dotação Autorizada	4.300.000,00
Despesa realizada	0,00
Saldo Empenho a Pagar - RP	4.300.000,00
Saldo	0,00

Considerações:

Em função da mudança do plano diretor da cidade de Joinville, as obras não foram iniciadas em 2007. Neste ano foram aprovados recursos na ordem de R\$ 3.075.000,00 (três milhões e setenta e cinco mil reais), utilizados apenas R\$ 131.911,00 (cento e trinta e um mil, novecentos e onze reais) referentes à elaboração de projetos da obra. Em 2008, ano em que as obras iniciaram, foram utilizados R\$ 2.523.526,02 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e dois centavos), inscritos em restos a pagar de 2007 e em 2009 a utilização do restante, equivalente a R\$ 419.562,98 (quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos), restos a pagar de 2007, reinscritos em 2009.

Em 2009 foram aprovados recursos na ordem de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), utilizados nesse exercício em sua totalidade. Para o restante da obra foram utilizados, até 31/12/2009, recursos do acordo de cooperação técnica, ACT-002/2006, assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 322.188,88 (trezentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) e recursos provenientes do CVN-028/2009, assinado com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 376.440,57 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e sete centavos), sendo que do saldo remanescente da obra a ser pago em 2010, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) será custeado com orçamento do Tribunal (na ação específica do projeto) e o restante com recursos provenientes do convênio com a Caixa Econômica Federal acima citado.

Obra de 6.041,97 m², com previsão de inauguração em agosto de 2010. Execução de 85,46.%.

1.5.4. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
09	272	0089	0396	A		UNIDADE	425	440	458
02	061	0571	4256	A		UNIDADE	89.539	88.909	100.413
02	061	0571	4224	A		UNIDADE	3.057	1.387	2.203
02	061	0571	2004	A		UNIDADE	5.092	4.378	5.076

02	061	0571	2010	A		UNIDADE	257	214	233
02	061	0571	2011	A		UNIDADE	21	15	14
02	061	0571	2012	A		UNIDADE	1.544	1.502	1.496
02	061	0571	4091	A		UNIDADE	3.444	2.725	4.000
02	061	0571	1M84	P		UNIDADE	1	-	
RESTOS A PAGAR 2008 E REINSCRIÇÃO DE 2007									
02	061	0571	11ED			% execução física		36,57%	
02	061	0571	11E2			% execução física		0,24%	
02	061	0571	11DW			% execução física		82,60%	
02	061	0571	11ET			% execução física		52,99%	12%

Fonte : SIGPLAN 2009

Notas: 1) Nas ações 2004, 2010, 2011 e 2012 foram consideradas as metas realizadas em dezembro/09 por serem ações com metas não acumulativas.

2) Reinscrição de 2007, incluídos no demonstrativo acima, das Ações: a) 11ED (Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul)= 17,60%; b) 11ET(Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Joinville)= 5,91%.

3) O Programa de Trabalho “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” recebeu Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.067.803,00, não havendo tempo suficiente para o pagamento das requisições, havendo desta forma uma variação grande entre o físico e o realizado.

1.5.5. Indicadores de Desempenho e Análise do Desempenho

Além dos indicadores estratégicos, a serem ajustados pelo Comitê de Gestão da Estratégica, a JT/SC conta com o Painel de Indicadores de Desempenho instituído com o objetivo de monitorar aspectos complementares aos definidos no Planejamento.

O Painel foi instituído no ano de 2008 com o objetivo de verificar os resultados de melhorias implementadas, auxiliar na tomada de decisão e possibilitar o acompanhamento da evolução do desempenho institucional e disfunções que impactem sua atuação.

Inicialmente foram desenvolvidos os indicadores da área judiciária por sua relação direta com a produtividade da atividade-fim do Tribunal.

Apresentamos a seguir o Painel de Indicadores de Desempenho do Tribunal, publicado no *site* deste Regional, acompanhados de uma breve análise da evolução dos índices.

Após a apresentação do Painel de Indicadores são exibidos os dados constantes das fórmulas dos indicadores. O acompanhamento dos dados auxilia na investigação das causas das variações dos resultados dos indicadores. Constam ainda abaixo os gráficos de ilustração do acompanhamento da evolução dos indicadores, também publicados no *site* do TRT na internet.

PAINEL DE INDICADORES DE DESEMPENHO - TRT12ª REGIÃO								
ÁREA JUDICIÁRIA								
INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	2005	2006	2007	2008	2009	ANÁLISE
Prazo Médio	Prazo médio (em dias) da autuação na 1ª instância até o arquivamento definitivo - inclui tempo de tramitação em outras instâncias.	Relatório de prazo médio dos processos arquivados em cada ano	829,10	637,50	637,05	655,15	675,71	Redução de prazo médio de tramitação de processos após criação de novas VTs (em 2005). Após, manteve média de dias com pouca variação.
	Evolução percentual do Indicador			-23,11%	-0,07%	2,84%	3,14%	
1º Grau								
Carga de Trabalho	Volume de trabalho por Juiz de 1º Grau no ano.	$\frac{CNI^{\circ} + Cpi1^{\circ}}{Mag1^{\circ}}$	1.637	1.629	1.643	1.741	1.813	Gradativo crescimento decorrente do constante aumento dos casos novos e dos casos pendentes de julgamento providos dos anos anteriores.
Carga de Trabalho - fase de Conhecimento	Total de processos na fase de conhecimento por Juiz de 1º Grau no ano.		811	849	822	864	913	
Carga de Trabalho - fase de Execução	Total de processos na fase de execução por Juiz de 1º Grau no ano.		825	780	822	877	900	
		Evolução percentual do Indicador		-5,45%	5,30%	6,70%	2,62%	
Taxa de Congestionamento	Percentual do total de processos do ano que não foram julgados.		44%	48%	47%	50%	46%	O congestionamento de 1º grau apresenta oscilações de um ano para outro. Em 2009 houve uma redução em relação ao ano anterior, impactado pelo aumento do número de processos solucionados.
Taxa de Congestionamento - fase de Conhecimento	Percentual do total de processos do período na fase de conhecimento que não foram julgados.		33%	35%	33%	36%	33%	
Taxa de Congestionamento - fase de Execução	Percentual do total de processos do período na fase de execução que não foram solucionados.		55%	62%	61%	64%	60%	
		Evolução percentual do Indicador		12,89%	-1,49%	4,68%	-5,62%	

Taxa de Efetividade	Percentual de processos arquivados em definitivo com relação ao número de processos autuados.	$\frac{ArqD1^\circ}{CN1^\circ}$ de conhec.	99%	86%	90%	84%	93%	Ligeiras variações percentuais, chegando, por vezes, a quase igualar o n.º de arquivados com o de autuados. No último ano houve um aumento considerável no arquivamento definitivo em relação ao processos autuados.
	Evolução percentual do Indicador			-12,74%	4,80%	-6,69%	9,94%	
Taxa de Conciliação	Quantidade em percentual de processos conciliados com relação a todos os processos julgados na fase de conhecimento.	$\frac{Conc1^\circ}{Sent1^\circ}$ de conhec.	43%	47%	47%	48%	46%	O número de conciliações vem mantendo uma média de ocorrência sem muitas oscilações.
	Evolução percentual do Indicador			8,71%	-0,50%	2,05%	-2,75%	
2º Grau								
Carga de Trabalho	Volume de trabalho por Juiz de 2º Grau no ano.	$\frac{CN2^\circ + Cpi2^\circ}{Mag2^\circ}$	1.163	1.217	1.432	1.731	1.797	Constante e significativo crescimento na carga de trabalho, justificado pelo aumento anual no número de casos novos no 2º grau sem modificação no número de juízes.
	Evolução percentual do Indicador			4,63%	17,69%	20,91%	3,80%	
Taxa de Congestionamento	Percentual do total de processos do ano que não foram julgados.		23%	15%	23%	24%	21%	O congestionamento se mantém na média, pois apesar do crescimento no n.º de processos, o n.º de sentenças também aumentou.
	Evolução percentual do Indicador			-31,94%	48,75%	6,17%	-13,91%	
Taxa de Efetividade	Percentual de processos arquivados ou devolvidos p/ 1º grau com relação ao número de processos autuados.	$\frac{ArqD2^\circ}{CN2^\circ}$	84%	80%	79%	67%	79%	Em todos os anos analisados o n.º de casos novos apresentou um aumento ainda maior que o n.º de processos arquivados, resultando na queda da efetividade de 2º grau. Já em 2009 houve um aumento considerável na efetividade em relação ao ano anterior.
	Evolução percentual do Indicador			-4,55%	-0,50%	-15,60%	17,26%	

Prazo médio 2º Grau	Prazo médio (em dias) do 2º grau até o arquivamento definitivo (originários) ou devolução para VT (recursais) - inclui tempo de tramitação em outras instâncias.	Relatório de prazo médio dos processos arquivados em cada ano	290	250	208	228	237	Nos últimos anos o prazo médio sofreu pequenas variações, resultando, no geral, em um pequeno aumento nos dias de tramitação.
	Evolução percentual do Indicador			-13,79%	-16,80%	9,62%	3,95%	

Tabela 5: Painel de Indicadores de Desempenho

Fonte: SEPLAN

DADOS - Utilizados nos Indicadores						
ÁREA JUDICIÁRIA						
DADO	DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
1º Grau						
CN1º	Casos novos no período	88.178	86.086	94.632	97.490	98.057
CN1º de conh.	Casos novos no ano na fase de conhecimento	55.976	55.739	58.657	60.150	63.282
CN1º de exec.	Casos novos no ano na fase de execução	32.202	30.347	35.975	37.340	34.775
Cpj1º	Casos pendentes de julgamento no ano	73.877	75.223	81.212	85.285	86.891
Cpj1º de conh.	Casos pendentes de julgamento no ano na fase de conhecimento	24.358	28.305	29.252	30.554	29.885
Cpj1º de exec.	Casos pendentes de julgamento no ano na fase de execução	49.519	46.918	51.960	54.731	57.006
Sent 1º	Sentenças no ano	90.942	84.167	93.297	91.732	99.136
Sent1º de conh.	Sentenças no período na fase de conhecimento	53.889	54.580	58.816	58.248	62.477
Sent1º de exec.	Sentenças no período na fase de execução	37.053	29.587	34.481	33.484	36.659
Mag1º	Magistrados 1º grau	99	99	107	105	102
ArqD1º	Arquivados definitivamente no 1º grau	55.194	47.957	52.892	50.612	58.541
Conc1º (conh.)	Conciliações	23.214	25.560	27.405	27.698	28.891
2º Grau						
CN2º	Casos novos no período	16.406	17.920	20.611	23.680	25.465
Cpj2º	Casos pendentes de julgamento no ano	4.524	3.980	5.163	5.753	6.884
Sent 2º	Sentenças no ano	16.177	18.515	19.848	22.248	25.551
Mag2º	Magistrados 2º grau	18	18	18	17	18
ArqD2º	Arquivados definitivamente no 2º grau - para os processos recursais é considerada a devolução do processo para VT	13.725	14.310	16.377	15.880	20.024

Tabela 6: Dados utilizados no Painel de Indicadores de Desempenho

Fonte: SEPLAN

GRÁFICOS

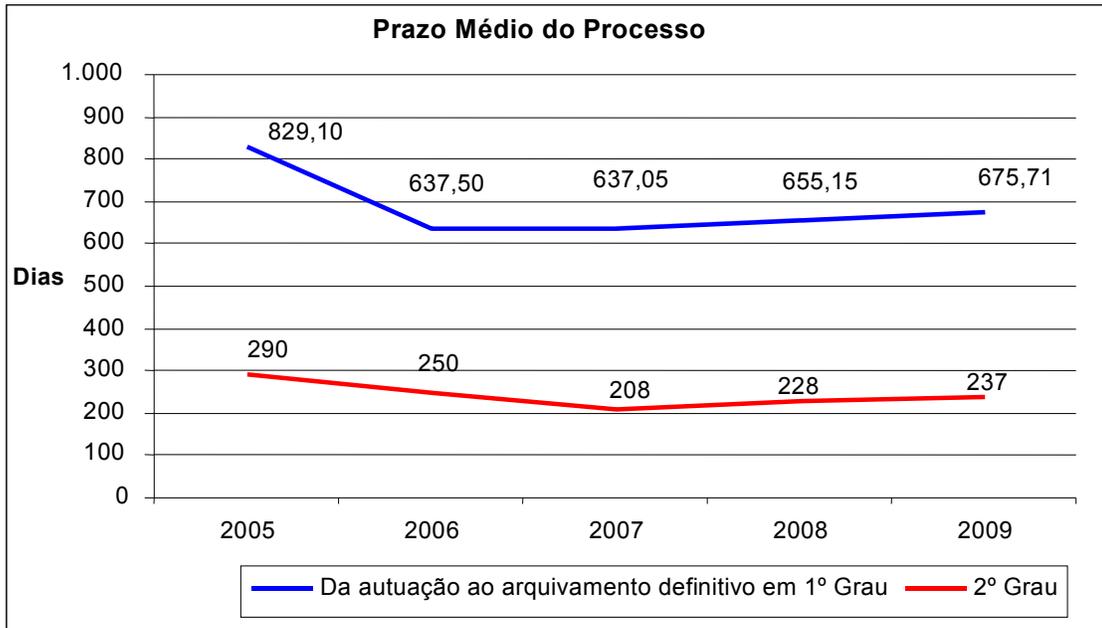


Gráfico 1: Prazo Médio de Processo

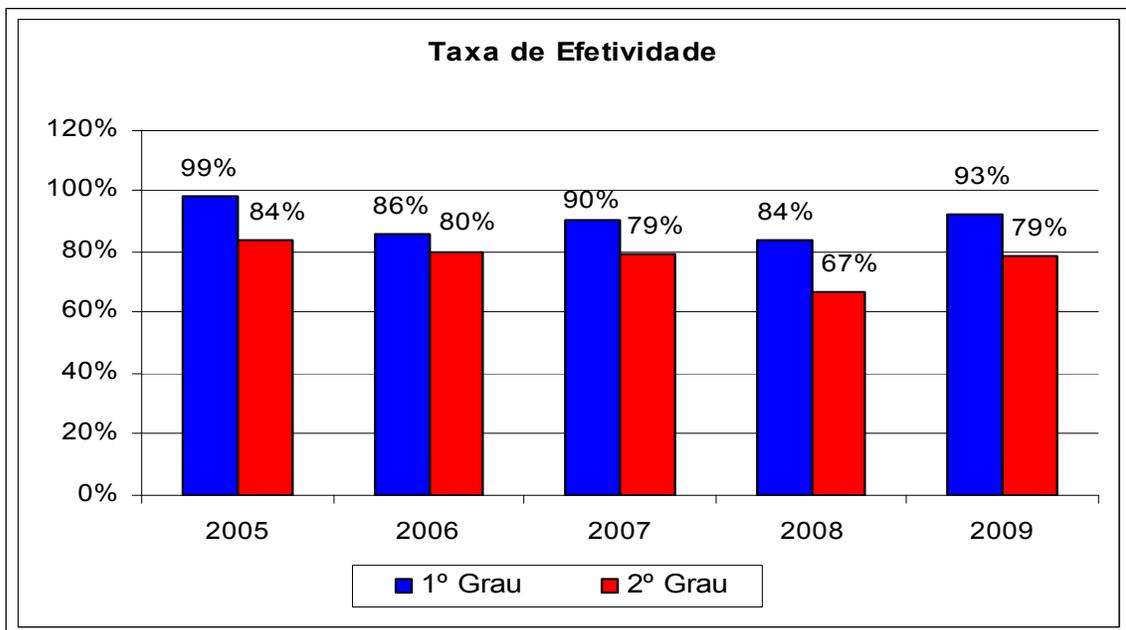


Gráfico 2: Taxa de Efetividade

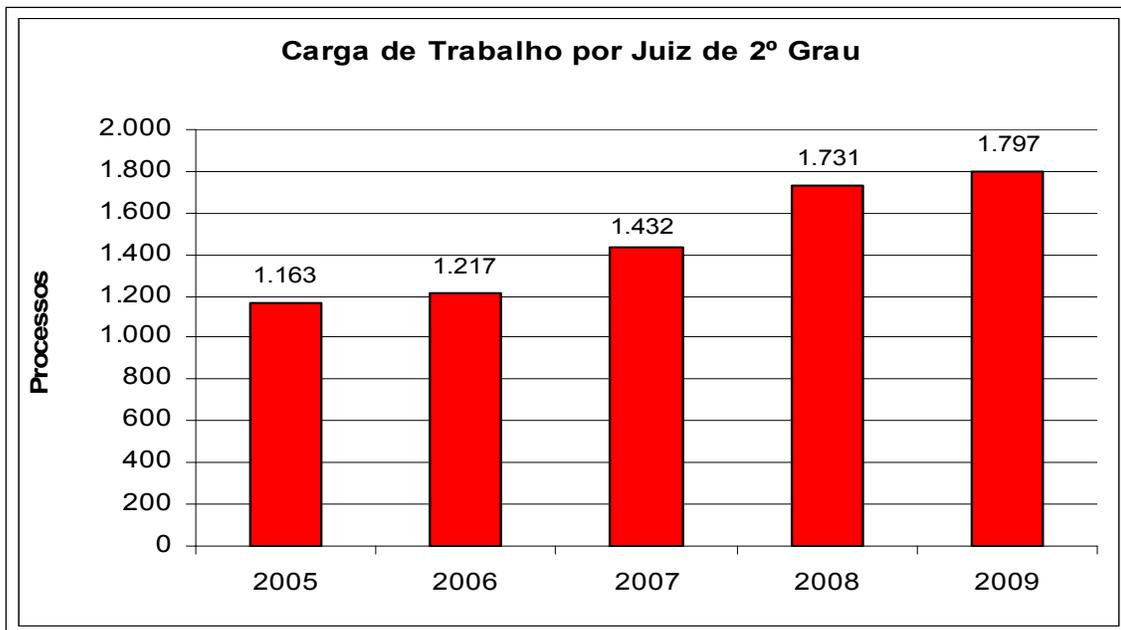


Gráfico 3: Carga de Trabalho por Juiz de 2º Grau

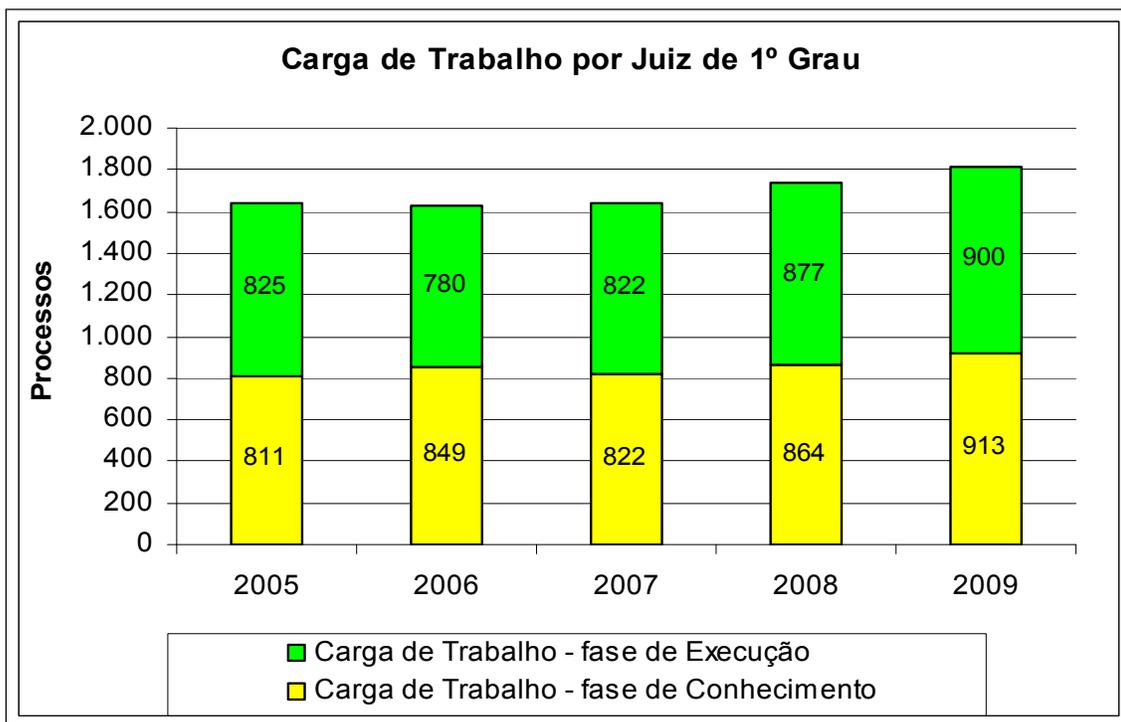


Gráfico 4: Carga de Trabalho por Juiz de 1º Grau

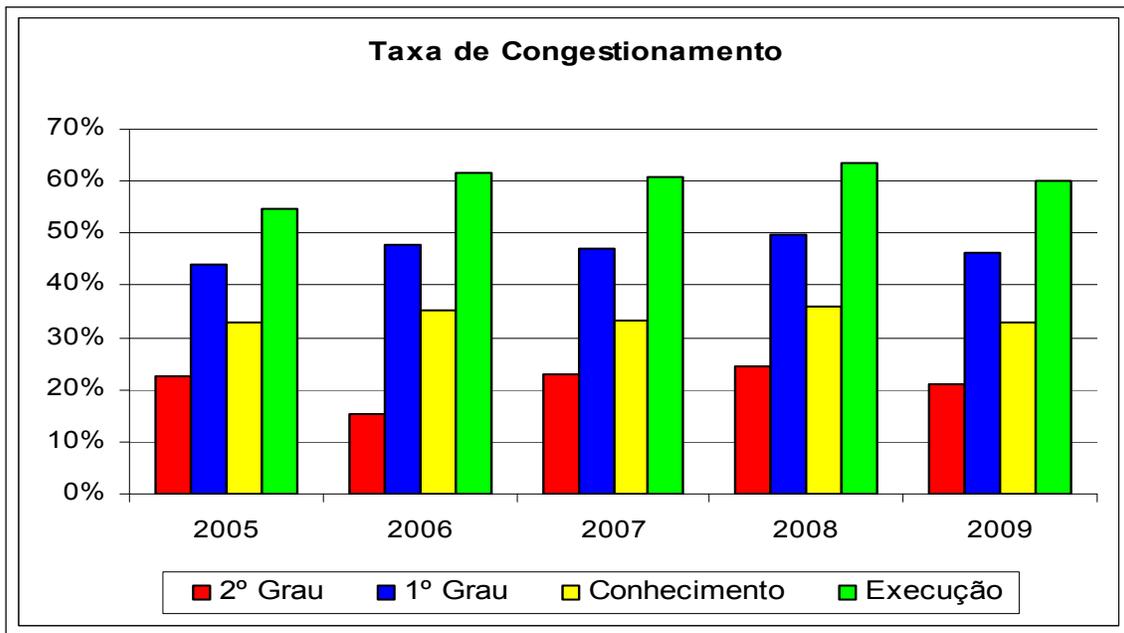


Gráfico 5: Taxa de Congestionamento

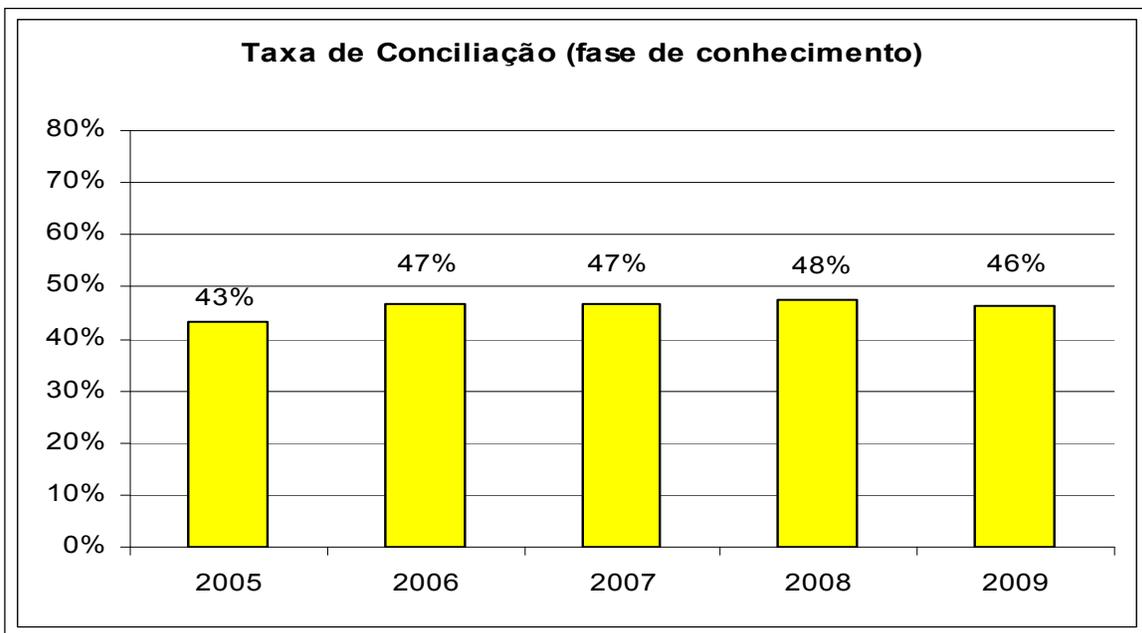


Gráfico 6: Taxa de Conciliação (fase de conhecimento)

1.6. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

1.6.1. Composição dos Recursos Humanos – Situação em 31-12-2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	1207 ¹	21	1359 ²
Requisitados	60		60
Celetistas	-	-	-
Cargos de livre provimento			Σ
Estatutários	233	03	236
Não Estatutários	02		02
Terceirizados	171		171 ³
Total	1.673	24	1.828

1.6.2. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO							
Tipologia	Qtd.	Vencimento e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Previdenciários e Assistenciais
ESTATUTÁRIOS (INCLUSIVE OS CEDIDOS COM ÔNUS) ⁴							
2007	1499	72.074.059,94	50.548.501,51	51.892.996,34	352.897,56	1.690.882,30	8.757.059,63
2008	1503	105.065.743,92	15.815.251,10	71.723.298,96	390.316,73	1.683.075,96	10.338.595,92
2009	1492	115.643.663,76	23.417.493,18	85.142.228,63	349.639,36	1.779.755,33	13.244.540,17
CELETISTAS (INCLUSIVE OS CEDIDOS COM ÔNUS)							
2007	-						
2008	-						
2009	-						

¹ Um servidor foi revertido nas atribuições do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, como excedente, até a ocorrência de vaga, com fundamento no § 3º do artigo 25 da Lei n.º 8.112/90, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, de 4-9-2001.

² Acrescentada aos servidores de lotação efetiva e autorizada a quantidade de 73 cargos conforme Resolução 53 CNJ, de 31 cargos para criação de duas Varas do Trabalho e um Serviço de Distribuição e de 27 cargos para adequação à Resolução 90 CNJ.

³ Foi informado o quantitativo atual, visto que o número de terceirizados depende do orçamento disponível e também do resultado de estudos em andamento, como o projeto de contratação de segurança armada, entre outros.

⁴ O quantitativo de servidores refere-se a 31/12. Os dados financeiros referem-se à folha de pagamento do mês de dezembro de cada ano, com quantitativo de servidores que pode ser diferente entre a data de fechamento da folha e 31/12.

CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU DE NATUREZA ESPECIAL (SEM VÍNCULO)								
2007	3	17.446,30	0,00	272.493,10	0,00	0,00	15.966,00	
2008	1	0,00	0,00	108.066,64	0,00	0,00	7.160,00	
2009	2	0,00	0,00	175.456,54	0,00	0,00	10.512,73	
REQUISITADOS COM ÔNUS PARA UJ								
2007	-							
2008	-							
2009	-							
REQUISITADOS SEM ÔNUS PARA UJ ⁵								
2007	25	14.818,35	169.946,81	27.508,26	0,00	13.651,45	29.193,82	
2008	47	10.802,72	144.933,30	164.271,65	0,00	0,00	34.659,54	
2009	64	30.526,57	240.264,62	262.686,58	0,00	76,17	52.331,41	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo		Qtd.	Custo	Qtd.
2007	104	1.408.452,12	50	885.987,10	-	0	43	129.762,86
2008	119	1.517.168,55	49	618.338,19	-	0	28	152.528,15
2009	121	1.902.871,84	50	864.341,77	-	0	48	357.157,50

1.6.3. Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Este Tribunal não possui contratos de terceirização de mão-de-obra para a contratação de pessoal de área-fim.

1.6.4. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos instituídos pela Unidade

Os quadros estatísticos apresentados abaixo com dados relativos a magistrados e servidores, são utilizados como apoio para a definição de políticas da área de Recursos Humanos.

CARGOS EFETIVOS:

	Total de Cargos	Total de Providos	Vagos	Nomeados com prazo p/ posse
Servidores	1516	1492	21*	3

Tabela 7: Cargos Efetivos - Servidores

Fonte: SERHU

* Existem 4 cargos vagos de Analista Judiciário, das Especialidades Contabilidade, Arquitetura, Engenharia e Psicologia, que deverão ser incluídos no próximo concurso público, conforme despacho da Exma. Juíza-Presidente em 21-5-2009.

⁵ A mesma situação explicitada na nota anterior aplica-se aos dados apresentados. Adicionalmente, os valores são apresentados para os servidores requisitados que tiveram algum tipo de pagamento no mês de dezembro de cada ano (2007 – 10 ; 2008 – 14 ; 2009 – 15)

* Existem 17 cargos vagos de Analista Judiciário, Área Judiciária/Administrativa, e Técnico Judiciário, Área Administrativa que estão comprometidos com concursos de remoção em andamento.

De 10-10-2008 a 12-11-2009

Nomeações com posse e exercício	17
Candidatos nomeados com prazo em andamento para posse	3
Vacâncias	33

Tabela 7.1: Nomeações e Vacâncias Servidores

JUIZES:

	Total de Cargos	Total de Providos
Juízes Togados	18	18
Juízes Titulares de Varas do Trabalho	54	53
Juízes Substitutos	54	49
Total	126	120

Tabela 7.2: Juízes

De 10-10-2008 a 12-11-2009

Promoções para Juízes Togados	3
Promoções para Juízes Titulares	3
Permuta de Juiz Substituto	1
Remoções de Juízes Titulares	18

Tabela 7.3: Juízes – Promoções, Permutas e Remoções

Quadro Geral:

TIPO	FEM	MASC	TOTAL
Servidor	49%	51%	1438
Cedido, Removido, Lot. provisória em outros Regionais	30%	70%	54
TOTAL			1492

Tabela 7.4: Servidores Efetivos

TIPO	FEM	MASC	TOTAL
Provisório	83%	17%	12
Removido	43%	57%	42
Requisitado	37%	63%	8
Comissionado	100%	-	2
TOTAL			64

Tabela 7.5: Servidores Provisórios, Removidos, Requisitados e Comissionados

CARGO	FEM	MASC	TOTAL
Juiz do Trabalho do Tribunal	61%	39%	18
Juiz do Trabalho Substituto	37%	63%	49
Juiz do Trabalho Titular Vara	34%	66%	53
TOTAL			120

Tabela 7.6: Cargos Efetivos Juízes Titulares e Substitutos

Formação Acadêmica	N.º de magistrados e servidores
Graduação	1226
Aperfeiçoamento	44
Pós-Graduação / Especialização	490
Mestrado	55
Doutorado	5

Tabela 7.7: Cargos Efetivos Formação Acadêmica

1.6.5. Análise crítica sobre a situação dos Recursos Humanos

Os desafios com os quais se defronta hoje a gestão de pessoas no âmbito do TRT-12ª Região decorrem, especialmente, de dois fatores: de um lado, do novo modelo de gestão que se impõe para a área pública, focado na gestão por resultados e visando à eficiência, à eficácia e à efetividade, e, de outro, do mundo de trabalho em transição, com impacto relevante tanto na natureza do trabalho como nas relações interpessoais, no desenvolvimento da carreira e na qualidade de vida.

A par disso, em 2008 foi aprovado o Planejamento Estratégico do Tribunal, surgindo a necessidade de se adaptar a várias questões impostas pela legislação de pessoal, como as decorrentes do plano de cargos e salários e de Resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Desse modo, tornou-se inevitável, ao longo dos últimos anos, repensar a gestão de pessoas no sentido de avançar de uma gestão técnico-funcional para uma gestão estratégica, envolvendo pessoas, processos de trabalho e tecnologias.

Com base neste novo modelo, a Secretaria de Recursos Humanos priorizou, a exemplo de outros anos, em sua política de gestão de pessoas, os seguintes pilares, juntamente com as principais ações realizadas entre outubro de 2008 e novembro de 2009: educação continuada, desenvolvimento gerencial, saúde ocupacional, *e-GP*, consultoria interna e absorção de gestão estratégica de pessoas.

Vale destacar que várias das atividades desenvolvidas pela SERHU em 2009 têm caráter permanente e necessitam ser mantidas. Entretanto, a mera continuidade dos projetos em execução não garante a evolução que se busca para a área de gestão de pessoas e para o Tribunal como um todo. Por isso, apresenta-se ainda uma listagem resumida dos projetos que estão atualmente em estudo ou planejamento no âmbito da Secretaria de Recursos Humanos para o ano de 2010.

A par de todas as iniciativas e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Recursos Humanos, é notório que muito ainda pode ser feito, especialmente no que se refere à ampliação da informatização da área e à integração com o sistema da folha de pagamento, ao maior investimento na qualificação técnica voltada para a gestão de pessoas. Paralelamente, cabe o registro de que a área de recursos humanos tem suas ações bastante impactadas pela lentidão e falta de clareza das regulamentações nacionais, mais especificamente as que envolvem o plano de cargos e salários.

Projetos em fase de planejamento no âmbito da Secretaria de Recursos Humanos

Conforme exposição acima, além das ações e projetos atualmente em execução existentes no âmbito da Secretaria de Recursos Humanos, apresenta-se uma listagem resumida de alguns projetos que se encontram em fase de análise ou planejamento e que poderão ser, a critério da Administração, executados no ano de 2010:

- Formalizar política de Recursos Humanos
- Potencializar banco de talentos
- Reestruturação da SERHU – debates iniciados em 2009
- Congresso Virtual de Recursos Humanos
- Autoatendimento para Tempo de Serviço automático
- ConversaRH – reuniões virtuais com diretores e servidores
- Realização de novo concurso – cargos vagos
- Exames médicos obrigatórios
- Liberação do acesso às pastas funcionais para magistrados e servidores
- Realizar ações levantadas na pesquisa de clima
- Regulamentação de permutas
- Melhoria e ampliação da infraestrutura para EaD – melhoria da rede e instalação de projetores e telas nas unidades
- Estudos sobre o possível impacto do novo Plano de Cargos e Salários , hoje em debate
- Realização de exames de saúde periódicos, obrigatório.

1.7. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Este Tribunal não apresenta registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

1.8. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Demonstrativo dos Restos a Pagar - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2009

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI					R\$ Milhares
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Liquidados e Não pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos		Inscritos		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO	0	0	197	19.388	0
TOTAL	0	0	197	19.388	0
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					19.585
FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Liquidados e Não pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos		Inscritos		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS ORDINÁRIOS	0	0	197	18.321	0
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO – PJ	0	0	0	1.067	0
TOTAL	0	0	197	19.388	0

FONTE: SIAFI 2009

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	14.546.858,31	1.529.158,40	12.820.296,93	197.402,98
2007	1.200.217,44	310.389,70	889.827,74	0
Observação: Reinscrição automática pelo sistema				

1.9. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição

Este Tribunal não efetuou transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

No texto da Portaria TCU n.º 389/2009 - pág. 54 – tem-se o seguinte: “**Estrutura de Informação:** A informação será estruturada de modo a se obter, mediante o preenchimento do Quadro de Detalhamento de transferências, a especificação dos valores transferidos, bem como as ações destacadas para seu controle e acompanhamento” (grifamos).

Este Tribunal celebrou convênios com o Banco do Brasil (CVN-034/2009) em 20/11/2009 e com a Caixa Econômica Federal (CVN-028/2009) em 19/06/2009 para repasse de recursos financeiros daquelas instituições bancárias para o Tribunal.

Também esteve em vigor no exercício de 2009 o ACT-002/2006, firmado com o Banco do Brasil no ano de 2006 e cuja vigência expirou em 10/01/2010, com objeto idêntico aos convênios acima citados.

1.10. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	009.101/2008-0	4075/2008-2	9.1 e 9.5	DE	Ofícios Sefip n.ºs. 2449/2008 e 8069/2009
Descrição da Deliberação:					
Julgado ilegal ato de aposentadoria de Sebastião Tavares Pereira, com determinação para fazer cessar os pagamentos decorrentes do respectivo ato, podendo ser emitido novo ato excluindo dos proventos o auxílio-moradia.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos - SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 125/2009. Interessado comunicado do teor do acórdão. Emitido novo ato, excluindo-se a irregularidade apontada pelo TCU. Feito cadastro no SisacNet com número de controle 20787200-04-2008-000026-5.					

Síntese dos resultados obtidos
Pleno atendimento da determinação, com comunicação ao TCU por meio do Ofício ACI n.º 01/2009.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não foi encontrada nenhuma dificuldade para a adoção das providências determinadas.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	000.405/2004-1	94/2005-2 3260/2008-2 4939/2008-2	9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 94/2005-2	DE	Ofícios Sefip n.ºs. 2295/2008, 2874/2008 e 8087/2008
Descrição da Deliberação:					
Julgado ilegal o ato de aposentadoria de Humberto D'Ávila Rufino. Julgados Embargos de Declaração em Pedido de Reexame, com manutenção da ilegalidade do ato e determinação da exclusão da vantagem do inc. I do art. 192 da Lei n.º 8.112/1990.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal – SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 495/2009. Comunicação ao interessado do teor do acórdão. Emitido novo ato, excluindo-se a irregularidade apontada pelo TCU. Novo cadastro no SisacNet, número de controle 20787200-04-2009-000006-3.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação atendida, com comunicação ao TCU pelo Ofício ACI n.º 02/2009.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a registrar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	016.301/2007-2	5664/2008-2	1.6.1.	DE	Ofício SECEX-SC n.º 2228/2008
Descrição da Deliberação:					
Regularizar a situação funcional de Carla Raimundo Carreto (Assessora CJ-02 de Gabinete de Juiz do TRT), exigindo a comprovação da conclusão do curso de Direito e a averbação do mesmo em seus assentamentos funcionais, em cumprimento ao art. 4º, § 1º, da Lei n.º 7.842/1989, art. 6º, parágrafo único, da Lei n.º 8.621/1993 e item 9.2.1 do Acórdão n.º 2098/2004 - Plenário/TCU de 15/12/2004.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 656/2009, com comunicação à interessada para atender à determinação.					

Síntese dos resultados obtidos
A determinação foi atendida pela interessada com a averbação, em 07.02.2009, do certificado de conclusão e colação de grau no Curso de Direito. Comunicação ao TCU pelo Ofício n.º 035/2009/PRESI, de 23.01.2009.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não foi encontrada nenhuma dificuldade para a adoção da providência determinada.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	--	--	--	DI	Ofício n.º 0092/2009-Sefip-Circular
Descrição da Deliberação:					
Fornecimento de dados dos setores competentes da UJ (responsáveis e endereços eletrônicos) para recebimento e remessa de diligências eletrônicas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Assessoria de Controle Interno					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 3.066/2009. Solicitação atendida e encaminhada, em 17.02.2009, via e-mail para o endereço sefip@tcu.gov.br.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a registrar					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	026.499/2007-7	1751/2008-2 1022/2009-2	9.2. e 9.4.1.	DE	Ofícios Sefip n.ºs. 1817/2008 e 418/2009
Descrição da Deliberação:					
Considerar ilegais os atos de aposentadoria de Alberto Luiz de Oliveira, Antônio José de Medeiros, Luiz Rogério Pereira e Mário Cesar Silva e fazer cessar os pagamentos decorrentes dos respectivos atos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos - SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal – SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 7.230/2009. Interposto Pedido de Reexame pelo TRT.					
Síntese dos resultados obtidos					

Pelo Acórdão n.º 1022/2009-2, foi tornado insubsistente o item 9.2 do Acórdão n.º 1751/2008-2, sendo dado provimento aos recursos e julgados legais os atos de aposentadoria de todos os servidores. Atendido pelo Ofício ACI n.º 04/2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	008.773/2008-9	712/2008-1	9.1. e 9.3.1.	DE	Ofício TCU/Sefip n.º 1110/2008
Descrição da Deliberação:					
Considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil com cadastro SisacNet n.º 20787200-05-1999-000003-6 (Rosa Giovannella Cugnier), recusando-se-lhe registro e fazer cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 9.365/2009. Excluída da folha de pagamento em abril/2008. TCU comunicado pelo Ofício ACI n.º 07/2008. A interessada obteve concessão da antecipação dos efeitos da tutela na ação ordinária n.º 2009.72.08.000758-0 (2ª Vara Federal de Itajaí-SC). Aguardando julgamento de mérito. Restabelecido o pagamento a partir do mês de junho/2009, em cumprimento à decisão judicial.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	--	--	--	DE	Ofício DBR/Circular n.º 593/2009
Descrição da Deliberação:					
Cientificar formalmente os magistrados, relacionados no Ofício em epígrafe, para remeterem cópia da declaração de bens e rendas ao TCU (ano-calendário de 2006 e/ou 2007), em cumprimento ao que determina a Lei n.º 8.730/93 e IN-TCU n.º 005/94.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 10.447/2009. Os interessados foram cientificados pelos Ofícios n.ºs. 321/2009, 322/2009 e 323/2009 para cumprirem a determinação. Informado ao TCU o cumprimento da determinação pelo TRT pelos Ofícios ACI n.ºs 05 e 06/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	006.193/2004-5	2989/2008-2	9.1.	DE	Ofício Sefip n.º 4360/2008
Descrição da Deliberação:					
Julgado Pedido de Reexame da interessada ao Acórdão n.º 924/2005-2, que julgou ilegal o ato de aposentadoria de Rute Souza. O TCU esclarece sobre a possibilidade de emissão de novo ato, com proventos proporcionais a 25/30, mediante a aplicação do Enunciado n.º 74 do TCU.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A servidora foi cientificada do acórdão que julgou o Pedido de Reexame. Emitido novo ato, concedendo proventos proporcionais a 25/30, conforme orientação dada pelo TCU. Cadastro realizado no SisacNet com número de controle 20787200-04-2008-000024-9.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	--	--	--	DI	Ofício TCU/Sefip n.º 2137/2009
Descrição da Deliberação:					
Remessa de documentação e esclarecimentos referentes aos atos de concessão de aposentadoria de Aldo Abrandalise, Maura Terezinha Andreani Petters e Rute Souza, e de pensão que tem como instituidor Jayme Cecato.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 12.961/2009, sendo prestada a Informação SELAT/SELM I n.º 196/2009, referente aos atos de aposentadoria. Dados encaminhados ao TCU pelo Ofício SERHU n.º 65/2009. Em relação à pensão foi formado o expediente interno SUP n.º 15.005/2009, encaminhando-se a documentação ao TCU através do Ofício SERHU n.º 80/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	012.213/2005-3	3206/2009-1	1.6.1.	DE	Ofício SECEX-PI n.º 1027/2009
Descrição da Deliberação:					
Determinação ao Controle Interno do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho que se manifestem expressamente, nas próximas contas anuais das respectivas cortes trabalhistas, acerca do cumprimento da decisão judicial objeto da Apelação Cível n. 281981, número de origem 2001.83.00014043-4, quanto ao eventual ressarcimento de valores porventura pagos aos servidores substituídos pela Anajustra.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Assessoria de Controle Interno					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 15.551/2009. Encaminhado à Direção-Geral para ciência e para os setores competentes prestarem informação sobre a matéria.					
Síntese dos resultados obtidos					
O Serviço de Legislação de Pessoal e Afervação de Tempo de Serviço - SELAT informa ser questão da alçada do Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal – SEPPP, que noticia não ter havido “nenhum pagamento para os servidores deste TRT, (...)”, “nem tampouco foi criada rubrica própria para tais valores”.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	011.240/2007-2	2029/2008-2 648/2009-2	9.2, 9.4.2. e 9.4.3.	DE	Ofícios Sefip n.ºs. 1948/2008 e 277/2009
Descrição da Deliberação:					
Julgado ilegal o ato de aposentadoria de Claudir Garbim, ante o cômputo de tempo de aluno-aprendiz e atividade rural, e fazer cessar os pagamentos decorrentes do respectivo ato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, bem como orientar o servidor no sentido de que poderá realizar o recolhimento posterior das contribuições previdenciárias relativas ao tempo rural averbado, de forma indenizada, caso seja de seu interesse.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Realizada comunicação ao servidor. Rejeitados, pelo Acórdão n.º 648/2009-2, os embargos de declaração opostos pelo interessado. Interposto Pedido de Reexame pelo servidor, ao qual foi concedido efeito suspensivo e, em consequência, declarado suspenso o ato que o reverteu à atividade, até julgamento do recurso pelo TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	011.235/2004-8	3130/2006-2 3322/2009-2	9.2.	CI	Ofício Sefip n.º 1021/2009
Descrição da Deliberação:					
Considerar legal a concessão de aposentadoria a Sieglinde Dieling e determinar o registro do ato (...), com a ressalva de que foi efetuado o recolhimento, de forma indenizada, da contribuição previdenciária relativa ao tempo rural averbado pelo Instituto Nacional do Seguro Social.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Cientificada a servidora e procedido o registro nos assentamentos funcionais.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	025.818/2008-4	1074/2009	--		
Descrição da Deliberação:					
Relatório de levantamento. Regulamentar as atividades do Controle Interno no âmbito do TRT da 12ª Região.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria-Geral da Presidência - SEGEP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 13.423/2009. Determinada a elaboração de estudos para adequação às orientações do TCU e da Resolução n.º 86/2009 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com manifestações da Secretaria de Planejamento – SEPLAN e da Assessoria Jurídica – ASJUR.					
Síntese dos resultados obtidos					
Expedida Portaria GP n.º 764/2009, ratificando a vinculação da Assessoria de Controle Interno à Presidência e dispondo sobre as suas atribuições. Procedida a vinculação de mais duas funções comissionadas FC-04 à estrutura da Assessoria, conforme Resolução Administrativa n.º 100/2009.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	001.997/2007-0	2355/2008-2 1056/2009-2	Relacionados abaixo	DE	Ofícios TCU/Sefip n.º 2064/2008 e Controle n.º 9500-TCU/Sefip
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria de Ana Maria Alvisé Braz, Claudete Cardoso, Grace Maria Rossi Keunecke, Mávia de Aquino Santos, e recusar o registro dos atos de fls. 2/7 e 15/34;</p> <p>9.4. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote medidas para:</p> <p>9.4.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas cujos atos foram considerados ilegais, alertando-as que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;</p> <p>9.4.2. fazer cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;</p> <p>9.4.3. obter o ressarcimento, a contar de setembro de 2001, com fundamento no art. 46 da Lei n.º 8.112/1990, das quantias indevidamente pagas às servidoras Ana Maria Alvisé Braz e Grace Maria Rossi Keunecke, referentes à parcela "função cheia", obtida liminarmente por decisão judicial posteriormente desconstituída, caso ainda não tenha adotado essa medida;</p> <p>9.4.4. orientar as servidoras Ana Maria Alvisé Braz e Mávia de Aquino Santos no sentido de que poderão, após sanadas as demais irregularidades, optar entre:</p> <p>9.4.4.1. retornarem imediatamente à atividade, para completar o tempo necessário para aposentadoria com proventos integrais, segundo as regras vigentes;</p> <p>9.4.4.2. recolherem as contribuições previdenciárias em momento posterior à prestação da atividade rural, de forma indenizada, para fins de contagem recíproca desse tempo para a concessão de aposentadoria estatutária na forma que lhe foi concedida;</p> <p>ou 9.4.4.3. serem aposentadas com proventos proporcionais concedidos nos percentuais de 75% (Ana Maria Alvisé Braz) e 70% (Mávia de Aquino Santos).</p> <p>9.6. orientar o órgão de origem no sentido de que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno, os atos considerados ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos, livres das irregularidades indicadas nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, <i>caput</i>, também do RITCU;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>As interessadas foram cientificadas do inteiro teor do acórdão.</p> <p>1 - Ana Maria Alvisé Braz: interpôs embargos de declaração ao Acórdão n.º 2355/2008-2, que foram rejeitados, conforme acórdão n.º 1056/2009-2. Emitido novo ato de aposentadoria, com proventos proporcionais a 75%, seguindo orientação contida no item 9.4.4.3. do Acórdão n.º 2355/2008-2. Ato suspenso em razão do Pedido de Reexame feito pela interessada, que ainda está pendente de julgamento pelo TCU. A devolução dos valores referentes à função cheia está pendente em razão do efeito suspensivo dado ao Pedido de Reexame e até julgamento pelo TCU. Tramitando pelo SUP n.º 22.347/2008.</p> <p>2 - Claudete Cardoso: retificado o ato inicial de aposentadoria, com a exclusão dos proventos da parcela referente à opção de 70% da FC-04. Concedido efeito suspensivo em razão da interposição de Pedido de Reexame ainda não julgado pelo TCU. A servidora averbou nova certidão de tempo de contribuição, emitida pelo INSS, por força do reconhecimento judicial através do Mandado de Segurança n.º 98.00.07698-0. Ante as novas averbações foi deferido o pedido de revisão de proventos, fazendo jus à aposentadoria com proventos integrais. Emitido novo ato e cadastrado no SisacNet sob o número de controle 20787200-04-2009-000027-6.</p> <p>3 - Grace Maria Rossi Keunecke: Expedido novo ato retificando a concessão inicial e alterando a percepção da opção de 70% do cargo em comissão CJ-03 para CJ-02, de acordo com o que dispõe o item 9.3.1. do Acórdão n.º 2076/2005-PL. Interposto Pedido de Reexame e concedido efeito suspensivo. Recurso pendente de julgamento pelo TCU. Devolução dos valores percebidos a título de função cheia, que tramita pelo expediente SUP n.º 22.347/2008, pendente em razão do efeito suspensivo dado ao Pedido de Reexame e até o julgamento pelo TCU.</p> <p>4 - Mávia de Aquino Santos: Emitido novo ato de aposentadoria, com proventos proporcionais a 75%, seguindo orientação</p>					

contida no item 9.4.4.3. do Acórdão n.º 2355/2008-2. Interpôs embargos de declaração ao Acórdão n.º 2355/2008-2, orientando o TCU, no item 9.2. do Acórdão n.º 1056/2009-2, sobre a possibilidade de a interessada vir a se aposentar com proventos integrais, caso venha a ser confirmado, por meio de junta médica oficial, que foi acometida de doença especificada em lei. Ato suspenso em razão do Pedido de Reexame feito pela interessada e pendente de julgamento pelo TCU.

Síntese dos resultados obtidos

Nada a registrar

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada a destacar.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	016.264/2006-9	514/2007-PL 1258/2007-PL	9.1.2.	CI/DE	--
Descrição da Deliberação:					
<p>Rever, de ofício, o Acórdão n.º 514/2007 - TCU - Plenário, conferindo ao subitem 9.1.2 a seguinte redação: “9.1.2. as concessões de quintos a servidores que exerceram cargo em comissão ou função de confiança sem vínculo efetivo com a Administração Pública e que ingressaram em cargo efetivo no serviço público federal a partir de 25/11/1995 são ilegais, devendo ser anulados os atos correspondentes;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Recebido, em 16.08.2007, Ofício CIRC.SECON N.º 3/2007 (Secretaria de Controle da Justiça do Trabalho), para cumprimento dos Acórdãos do TCU n.ºs. 514/2007-P e 1258/2007-P. Expediente interno SUP n.º 19.938/2007.</p> <p>Determinada pela Administração a revisão das incorporações e apostilamentos de servidores que se enquadravam na hipótese versada no Acórdão: 1- João Carlos Godoy Ilha; 2- Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi; 3- Nei Luiz Gonzaga Filho; e 4- Silvana Schaarschmidt Carioni. Foram expedidos os atos de adequação à determinação.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Todos os servidores ajuizaram ações ordinárias junto à Justiça Federal de Santa Catarina, estando os respectivos processos nas seguintes situações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- João Carlos Godoy Ilha, ação ordinária 2008.72.00.014899-9/SC (2ª Vara Federal de Florianópolis), com procedência do pedido em 1ª instância, sendo interposta apelação pela União em 04.12.2009; 2- Maria Lúcia Cury Figueiredo Travi, ação ordinária 2007.72.00.013495-9/SC (4ª Vara Federal de Florianópolis), com decisão de mérito favorável em 1ª e em 2ª instância. Aguarda julgamento, pelo STJ, do REsp 1157831/SC; 3- Nei Luiz Gonzaga Filho, ação ordinária 2007.72.00.015217-2/SC (2ª Vara Federal de Florianópolis), com pedido julgado procedente, mantido pelo TRF da 4ª Região ao apreciar a apelação da União Federal. Aguarda julgamento, pelo STJ, do REsp 1154016/SC; 4- Silvana Schaarschmidt Carioni, ação ordinária 2008.72.00.002958-5/SC (1ª Vara Federal de Florianópolis), julgada improcedente. A 4ª Turma do TRF da 4ª Região deu provimento parcial ao recurso da servidora, determinando a manutenção dos quintos incorporados. A União interpôs Agravo de Instrumento de decisão denegatória de recurso especial. Agravo de Instrumento pendente de julgamento pelo STJ (Ag. 1248731/SC). 					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	013.503/2004-0	2580/2006-2 3081/2007-2 3519/2007-2	--	DE	Ofícios Sefip n.ºs. 3079/2006, 4315/2007, 4317/2007 e 4751/2007 e 1151/2008
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão n.º 2580/2006-2:</p> <p>9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria aos servidores Livia Burlani e Luiz Cecconi e recusar o registro dos atos de n.ºs 2-078720-0-04-1998-000013-0 e 2-078720-0-04-1998-000001-6;</p> <p>9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que adote medidas para:</p> <p>9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;</p> <p>9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais de n.ºs 2-078720-0-04-1998-000013-0 e 2-078720-0-04-1998-000001-6, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados da irregularidade verificada, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;</p> <p>9.4.3. dar ciência aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;</p> <p>9.4.4. oriente os interessados nos atos considerados ilegais sobre a possibilidade de retornarem à atividade para completar o tempo de serviço necessário para aposentadoria, de requererem a aposentadoria proporcional, ou, ainda, de comprovarem o recolhimento, perante o INSS, das contribuições relativas ao tempo de serviço prestado na condição de trabalhador rural; (Nova redação dada pelo AC-3081-39/07-2, que deu provimento parcial ao Pedido de Reexame do Acórdão n.º 2580/2006-2.)</p> <p>Pelo Acórdão n.º 359/2007-2 foram rejeitados os embargos de declaração ao Pedido de Reexame apresentados por Livia Burlani.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SERHU e Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal - SEPPP					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Cientificados os interessados dos acórdãos relacionados em epígrafe.</p> <p>Livia Burlani obteve a procedência do mérito na Ação Ordinária n.º 2007.71.00.003922-5/RS (2ª Vara federal Tributária de Porto Alegre), fazendo o recolhimento, de forma indenizada, das contribuições previdenciárias relativas ao tempo de atividade rural. Pendente de exame <i>ex officio</i> pelo TRF da 4ª Região e interposta Apelação pelo INSS. A comprovação dos recolhimentos foi noticiada ao TCU através do Ofício ACI n.º 17/2008.</p> <p>Em relação a Luiz Cecconi foi expedido ato tornando sem efeito o ato inicial de aposentadoria e revertendo o interessado à atividade. Ante a interposição de Pedido de Reexame junto ao TCU foi dado efeito suspensivo aos itens 9.2 e 9.4.2 do Acórdão n.º 2580/2006-2. Propôs Ação Ordinária n.º 2006.72.00.013025-1/SC (1ª Vara Federal de Florianópolis), sendo deferida a “antecipação de tutela” e julgado “procedente o pedido para assegurar o direito do autor à manutenção da aposentadoria”, pela aplicação do “transcurso do prazo decadencial de 5 anos. Lei 9.784/99”. Decisão de 1º grau mantida pelo TRF da 4ª Região na Apelação Cível n.º 2006.72.00.013025-1/SC. Aguarda julgamento, pelo STJ, do Recurso Especial n.º 1083632/SC.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a destacar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região					--
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	018.437/2009-6			DI	Ofício n.º 1215/2009-SECEX-SC
Descrição da Deliberação:					
Remessa de cópia dos documentos de habilitação e homologação do Pregão n.º 043/2003 deste TRT.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Administrativa - SECAD					--
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expediente interno SUP n.º 23.804/2009. Diligência atendida pelo Ofício SECAD n.º 773/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a registrar.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a registrar.					

1.11. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007

A tabela abaixo demonstra o quantitativo de atos de pessoal encaminhados à Assessoria de Controle Interno em 2009, pelo Sistema de Avaliação de Atos de Admissão e Concessões via internet - SisacNet. Eventuais inconsistências de dados foram alvo de diligências, para a devida correção, registradas nos respectivos processos de concessão.

Atos de pessoal	Quantidade
Admissão	20
Desligamento	12
Aposentadoria	34
Pensão	10
TOTAL	76

Tabela 8: Atos de Pessoal

Fonte: ACI

1.12. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Cumpra atestar que todas as informações referentes a contratos encontram-se disponibilizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, sendo sistematicamente atualizadas.

No âmbito deste Tribunal, a rotina de envio dos dados referentes aos contratos cuja inclusão no Sistema SIASG, módulo SICON – Sistema de Gestão de Contratos, é levada a efeito mediante a utilização do padrão XML em sistema próprio: o SUN 2.0 – Sistema Unificado - contribui, em muito, para a eficiência e rapidez dos procedimentos de divulgação.

Conforme Item 6 acima, este Tribunal não possui “*convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados*”, enquadrados na obrigatoriedade de publicação no SICONV, conforme estabelecido no art. 19 da Lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008.

FONTE: Declaração SECAD - Contratos

1.13. Outras informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão

A Justiça Trabalhista em 1ª Instância é exercida por 54 Juízes Titulares e 48 Juízes Substitutos, os quais estão distribuídos em 54 Varas do Trabalho: 7 em Florianópolis; 5 em Joinville; 4 em Blumenau; 4 em Criciúma; 3 em Itajaí; 3 em São José; 2 em Balneário Camboriú; 2 em Chapecó; 2 em Jaraguá do Sul; 2 em Lages; 2 em Rio do Sul; 2 em Tubarão; 1 em Araranguá, Brusque, Caçador, Canoinhas, Concórdia, Curitiba, Fraiburgo, Imbituba, Indaial, Joaçaba, Mafra, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Timbó, Videira e Xanxerê. Há ainda duas Unidades Judiciárias Avançadas (UJAs), uma em Palhoça e outra em Porto União, e 12 Serviços de Distribuição de 1ª Instância e Centralização de Mandados: 1 em Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Itajaí, São

José, Balneário Camboriú, Chapecó, Jaraguá do Sul, Lages, Rio do Sul e Tubarão. A jurisdição da Justiça do Trabalho abrange todos os municípios do Estado Catarinense.

Serão destacadas, de forma sucinta, algumas ações implementadas pela Administração do Tribunal no decorrer do ano de 2009, objetivando agilizar os trâmites administrativos, aperfeiçoar a qualidade do atendimento aos jurisdicionados, a capacitação de juízes e servidores e proporcionar melhores condições de prestação jurisdicional.

1.13.1. Delegação de Competências - RA n.º 71/2009

A Resolução Administrativa n.º 71/2009 delegou à Presidência do Tribunal competência para apreciar os pedidos de aposentadoria, de reconsideração e revisão; férias, licenças e outros afastamentos; outros assuntos administrativos de competência originária do Tribunal; pedidos de pensão e demais incidentes que deles decorrerem para juízes e servidores.

1.13.2. Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 1º Grau

Deu-se continuidade ao projeto de Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 1º Grau iniciado em 2008, cujo escopo é simplificar rotinas; eliminar retrabalho; automatizar tarefas; adequar o método de trabalho à atual demanda processual e às novas soluções de tecnologia e melhorar a qualidade de vida dos juízes e servidores.

Foram aprovadas 137 melhorias nos processos de trabalho e agrupadas em 23 projetos. Já foram implementadas 92 e 04 o foram de forma parcial, uma vez que dependem de estudos técnicos. As melhorias remanescentes para implementação dependem de desenvolvimento de funcionalidades no SAP1. Foram implementadas de imediato 43 melhorias porque não dependiam de normas e alterações de TI.

1.13.3. Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 2º Grau

Também foi dado prosseguimento ao projeto de Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho do 2º Grau iniciado em 2007, cujo escopo é simplificar rotinas;

eliminar retrabalho; automatizar tarefas; adequar o método de trabalho à atual demanda processual e às novas soluções de tecnologia e melhorar a qualidade de vida dos juízes e servidores.

Como ação do projeto acima, no ano de 2009 foi iniciado o subprojeto para identificação de melhorias nos processos de trabalho dos Gabinetes dos Juízes do Tribunal, com o objetivo de identificar funcionalidades para o Módulo do SAP2N, voltado aos Gabinetes de Juízes do Tribunal.

1.13.4. Identificação de Melhorias nos Processos de Trabalho no Serviço de Divulgação-SEDIV, vinculado à Secretaria Judiciária

O Projeto teve como escopo aprimorar o acesso à legislação e jurisprudência. Para isso foi necessário rever rotinas de trabalho do SEDIV, cujas melhorias foram indicadas por pesquisa de opinião realizada entre juízes e servidores sobre o acesso à informação jurídica, principalmente os *links* 'Jurisprudência e Acórdãos' e 'Legislação e Resoluções'. Responderam a pesquisa 20 juízes (16,3% do total) e 208 servidores (13,79%), contribuindo com aproximadamente 100 sugestões.

No final do ano de 2009 ficaram pendentes para análise e implementação as melhorias que dependem de alteração no sistema; as demais já foram implantadas.

1.13.5. Reestruturação das Áreas TRT - RA n.º 73/2009

A Resolução Administrativa n.º 73/2009 atendeu às disposições contidas nas Resoluções do CNJ n.ºs 49/2007 (Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica) e 70/2009 (Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário), por meio da adequação das estruturas às suas atribuições.

Foram as seguintes as alterações:

- c) Reestruturação da Secretaria da Corregedoria – SECOR - adequação à desvinculação da estatística e ao reflexo dos Atos Regimentais n.ºs 1 e 2/2009;
- d) Transformação da ASPLAN em Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAN, vinculando-a à SEGEP;

- e) Integração do Serviço de Documentação – SEDOC e Serviço de Divulgação – SEDIV, resultando no Serviço de Documentação, Divulgação e Jurisprudência – SEDJUR;
- f) Extinção do Serviço de Perícias Contábeis;
- g) Vinculação do Setor de Perícias Contábeis ao GAPRE e alteração de sua denominação para Setor de Contadoria;
- h) Alteração da denominação do Setor de Perícias Grafodocumentoscópicas para Setor de Documentoscopia,
- i) Criação do Setor de Memória Institucional.

Foi criado também o Escritório de Projetos Estratégicos - EPE, integrante da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAN, que tem como atribuição a coordenação do portfólio de projetos estratégicos, além de prestar consultoria aos gerentes de projetos e gerentes de estratégia no planejamento e na execução de projetos estratégicos. Desta forma, é responsável pela definição da metodologia para gestão de projetos na JT/SC.

1.13.6. Projeto de Apoio à Tomada de Decisão – BI

O Projeto, iniciado em 2009, objetiva automatizar o levantamento de dados estatísticos da JT/SC, unificando a coleta dos dados no Tribunal para atender ao Sistema *e-Gestão*, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT), e contemplando os Boletins Estatísticos de 1º e 2º Graus e os dados frequentemente solicitados pelo CNJ. Além das aplicações acima, o Projeto de Inteligência Organizacional (BI) propiciará informações sólidas, que serão transformadas em conhecimento, auxiliando os gestores da JT/SC na tomada de decisões.

1.13.7. Sistema de Autoatendimento

O Sistema de Autoatendimento desenvolvido pela Secretaria de Informática - SEINFO e pela Secretaria de Recursos Humanos – SERHU objetivou descentralizar o acesso às informações, reduzindo significativamente a tramitação de papéis e tempo de tramitação de procedimentos. Os módulos implantados referem-se a férias, licenças para

tratamento de saúde e de familiares, frequência, designação e destituição de função comissionada, além da comunicação de substituição de funções e cargos comissionados.

Também foi implantado o módulo de Diárias e Indenizações de Transporte de Oficiais de Justiça, contemplando as solicitações de Indenizações de Transporte e Diárias de Oficiais de Justiça, visando à racionalização e descentralização dos procedimentos, possibilitando maior agilidade no processo.

Outra modalidade implantada no Sistema de Autoatendimento diz respeito às solicitações de serviço para o Serviço de Obras e Manutenção – SEROM por meio de abertura de incidente direcionado à sua Central de Atendimento.

Hoje o Sistema de Autoatendimento já envolve procedimentos de trabalho de quatro Secretarias: SECAD, SEFIN, SEINFO e SERHU.

Diminuição do número de atos e portarias realizados pelo SEPAC no período de 1º/4 a 31/10:

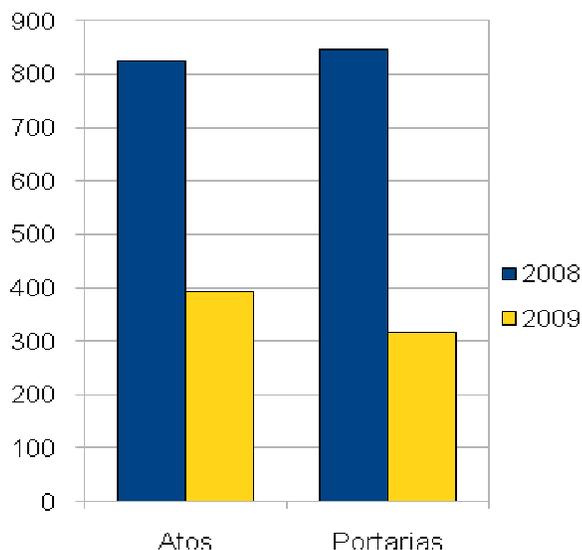


Gráfico 7: Atos e Portarias realizadas pelo SEPAC
Fonte: SERHU

1.13.8. Ações da Comissão de Gestão Ambiental

Os projetos e ações de maior impacto institucional realizados pela Comissão de Gestão Ambiental foram: a) “Adote Esta Caneca”: distribuição de canecas implicando a redução de aproximadamente 50% no consumo e na aquisição de copos descartáveis; b) projeto voltado à doação do papel dos autos findos: 94 mil processos, 30 toneladas de papel,

doação R\$ 8.000,00 (oito mil reais); c) implantação da ferramenta "Mensagens Automáticas" e d) a Semana do Meio Ambiente 2009.

1.13.9. Pesquisa de Clima Organizacional

Trata-se de projeto estratégico coordenado pela Secretaria de Recursos Humanos – SERHU com o objetivo de conhecer a percepção de juízes e servidores sobre o clima organizacional da JT/SC. A pesquisa foi concluída em abril de 2009, seu resultado subsidiou a realização da Revisão do Planejamento Estratégico – Ano 2009 e de seu resultado serão tratados problemas pontuais em reuniões focais com as áreas.

1.13.10. Gestão Eletrônica de Documentos

Procedeu-se à implantação de um gerenciamento eletrônico das pastas funcionais de juízes e servidores, possibilitando reduzir a tramitação dos documentos, além de aumentar a segurança nas informações.

1.13.11. Processo Administrativo Virtual - PROAD

O PROAD, ao entrar em produção no dia 03/11/2010, implantou a gestão eletrônica de documentos administrativos, contribuindo de forma impactante para a melhoria dos trâmites dos processos administrativos (expedientes em geral). (Portaria PRESI n.º 700/2009).

Trata-se de projeto desenvolvido pela Secretaria de Informática - SEINFO, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAN na definição das tabelas de assunto e destinatário.

1.13.12. PROVI SAP1 e PROVI WEB

O Processo Virtual – PROVI foi implementado em duas Unidades Judiciárias de Florianópolis, 1ª e 2ª Varas, e a partir de 1º de dezembro deste ano será ampliado para as demais Varas de Florianópolis, com perspectiva de até 2012 estar disponível em todas as Unidades Judiciárias do Estado.

Seus objetivos consistem em aumentar a celeridade na solução dos conflitos; eliminar o uso do papel (fim da carga de processo); racionalizar os procedimentos das Secretarias de VTs e possibilitar o acesso ao processo trabalhista de qualquer lugar, via internet, nas 24 horas do dia, diminuindo o atendimento nos balcões das Varas de Trabalho.

1.13.13. Centralização de Banco de Dados SAP1

A centralização do banco de dados do SAP1 busca atender aos requisitos do Processo Eletrônico da JT-SC – PROVI ampliando a segurança da informação.

1.13.14. Sala-Cofre

Foi instalada a sala-cofre para segurança do DATACENTER do Tribunal e para garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de informática, em caso de sinistro por ações do homem ou da natureza tais como incêndios, terremotos, inundações, acidentes, dentre outros; atender aos requisitos de funcionamento dos equipamentos de informática em operação com relação ao fornecimento de insumos como energia elétrica, climatização, umidade relativa do ar; implantar total controle de acesso de pessoal aos principais equipamentos e sistemas e, suas funcionalidades; atender às recomendações das normas internacionais de segurança para o armazenamento de dados e à necessidade de um ambiente mais seguro e confiável; gerar condições ideais, garantindo a possibilidade de enfrentar, da melhor forma, eventuais situações de emergência.

1.13.15. Remoção de Servidores e Lotação-padrão

Foram editadas as Portarias de nºs 1.591 e 1.594, ambas de 02 de dezembro de 2008, estabelecendo critérios equitativos, objetivos, impessoais e transparentes para a remoção e lotação.

O instituto da remoção foi ajustado ao previsto na Lei n.º 11.416/2006, regulamentada pelo Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 03/2007 do Supremo Tribunal Federal - STF e pelo Ato Conjunto TST/CSJT n.º 20/2007.

A partir da publicação da portaria de lotação-padrão de servidores, a destinação das vagas do quadro de pessoal passou a ser realizada com base em critério técnico que reflete as necessidades das Unidades. Possibilitou, ainda, a diminuição da rotatividade dos servidores nas Unidades, aumentando a sua permanência nas Unidades por dois anos para, só então, participarem de novo processo de remoção.

1.13.16. Obras

As obras realizadas no decorrer de 2009 encontram-se relacionadas a seguir:

- a) Reformas no fórum trabalhista de Blumenau – Av. Beira Rio e Banco do Brasil
- b) Construção de nova sede para a Vara do Trabalho de Fraiburgo
- c) Construção de nova sede para a Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste
- d) Construção da nova sede para a Vara do Trabalho de Videira
- e) Reforma e ampliação para implantação de nova sede da Vara do Trabalho de Concórdia
- f) Construção de nova sede para a Vara do Trabalho de São Bento do Sul
- g) Construção de nova sede para o Fórum Trabalhista de Joinville
- h) Construção da nova sede para a Vara do Trabalho de Curitiba
- i) Reforma da sede da Vara do Trabalho de Caçador
- j) Desenvolvimento de projetos para a implantação da nova sede do Fórum Trabalhista de Florianópolis

Foram desenvolvidas ainda as ações de aperfeiçoamento e aquisição de mobiliário ergonômico; implantação de acessibilidade nas Unidades Judiciárias; plano de manutenção das Varas do Trabalho do interior do Estado e projeto e instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo *split*.

2. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

2.1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO		080013	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Florianópolis	Data	11 de março de 2010
Contador Responsável	Luiz Carlos de Carvalho Cardoso	CRC n.º	9.329/SC

FONTE: Declaração do Contador - SEFIN

3. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

3.1. Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º da Lei n.º 11.416, de 15-12-2006. Posição em 31-12-2009:

CARGOS EM COMISSÃO 97,899 %

FUNÇÕES COMISSIONADAS 100%

ENCERRAMENTO

Este Tribunal, pautado no Planejamento Estratégico, vem exercendo as suas atribuições na busca constante de alinhar suas ações aos objetivos e metas delineados de forma a permitir a continuidade dos programas e das ações intergestões.

Os resultados esperados pelo fortalecimento deste elemento norteador que é o Planejamento Estratégico são as conexões de suas ações a fim de evitar a dispersão de gastos e alinhar as ações estratégicas às orçamentárias.

Florianópolis, 25 de março de 2010.

GILMAR CAVALIERI

Juiz-Presidente

ANEXOS

- ANEXO I - MAPA ESTRATÉGICO 2008-2013
- ANEXO II - PLANO ESTRATÉGICO APROVADO PELO TRIBUNAL PLENO
- ANEXO III - ESTUDOS (REVISÃO) DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS
- ANEXO IV - PORTFÓLIO 2008-2013

ANEXO I - Mapa Estratégico JT-SC 2008-2013

Em vigor até 14-12-2009 (RA 106/09)

Missão

Prestar serviço jurisdicional de forma ágil, justa e eficiente, sendo reconhecido pela sociedade como uma instituição dotada de credibilidade e relevância.

Para tanto deverá propiciar fácil acesso à justiça, à informação e aos demais serviços oferecidos e precisará de uma estrutura organizacional adequada, com um ambiente de trabalho saudável e um quadro de pessoal qualificado, motivado, comprometido e com remuneração justa.

Objetivos Estratégicos

Sociedade

Ampliar o reconhecimento da relevância e da credibilidade do TRT 12a Região junto à sociedade.

Aprimorar continuamente a prestação de serviços jurisdicionais.

Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos.

Processos Internos

Ampliar o ritmo da modernização da instituição pelo uso mais intenso de Tecnologia da Informação.

Manter permanentemente atualizados a estrutura organizacional e o funcionamento da instituição.

Manter sempre atualizados e revistos os processos de trabalho (rotinas) jurisdicionais e administrativos.

Aprendizado e Crescimento

Aprimorar as ações voltadas à qualidade de vida.

Manter um quadro de pessoal comprometido e bem preparado para os desafios da modernização e da melhoria de desempenho da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.

Planejamento e Orçamento

Alinhar o planejamento orçamentário ao planejamento estratégico

Funcionar de maneira cada vez mais eficiente por meio da adoção de mecanismos técnicos e de gestão estratégica.

Planejamento Estratégico TRT/SC

2008-2014



Tribunal
Regional do
Trabalho da
12ª Região

INTRODUÇÃO

Cumprindo o Princípio Constitucional da Eficiência na Administração Pública e no intuito de aprimorar a qualidade do atendimento ao jurisdicionado a Justiça do Trabalho de Santa Catarina deflagrou o processo de elaboração do seu Planejamento Estratégico no decorrer de 2008, autorizado pela Resolução Administrativa nº 143/2007.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico envolveu a tomada de decisões sobre os objetivos de longo prazo e o estabelecimento de estratégias para alcançá-los resultando no Plano Estratégico para o período de 2008 a 2013. No decorrer de 2009, mas precisamente, em novembro o Plano Estratégico foi revisado dando continuidade ao processo de aprimoramento contínuo da estratégia, que resultou no Plano ora apresentado.

O Plano Estratégico da JT – SC serve de base para a implementação das iniciativas estratégicas, acompanhamento da sua implementação e realização de revisões e ajustes periódicos..

Nas páginas seguintes encontra-se o Plano Estratégico da JT - SC para o período de 2008 a 2014.



MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO / SC

MISSÃO:

Realizar justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho.

VISÃO:

Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência na prestação dos serviços e pela credibilidade, até 2014.

Valores

- Celeridade
- Credibilidade
- Dignidade Humana
- Ética
- Imparcialidade
- Justiça
- Moralidade
- Respeito ao cidadão
- Transparência
- Valorização das pessoas

Sociedade

Eficiência Operacional

Aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho

Aprimorar continuamente a gestão de custos operacionais

Promover a adequada lotação dos servidores nas unidades, priorizando a 1ª instância

Acesso à Justiça e Efetividade

Aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão

Promover a efetividade no cumprimento das decisões

Processos Internos

Alinhamento e Integração

Promover o alinhamento estratégico e a integração de todas as unidades

Atuação Institucional

Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos

Aprimorar a comunicação com o público interno e externo

Fortalecer as relações com instituições públicas e privadas

Responsabilidade Socioambiental

Promover a responsabilidade socioambiental

Gestão de Pessoas

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos juizes e servidores, com foco na estratégia

Melhorar continuamente o clima organizacional

Infraestrutura e Tecnologia

Garantir a infraestrutura adequada às atividades administrativas e judiciais

Garantir a disponibilidade, a atualização, a ampliação e a integração dos sistemas de TI

Orçamento

Buscar a excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia

Assegurar recursos orçamentários necessários ao funcionamento da instituição

Recursos

JUSTIÇA DO TRABALHO DE SANTA CATARINA

Missão:

Realizar justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho.

Visão:

Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência na prestação dos serviços e pela credibilidade, até 2014.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Celeridade
- Credibilidade
- Dignidade humana
- Ética
- Imparcialidade
- Justiça
- Moralidade
- Respeito ao cidadão
- Transparência
- Valorização das pessoas

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho.

Descrição do Objetivo:

Garantir o aprimoramento contínuo e a uniformização dos métodos de trabalho.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Revisão de processos de trabalho	Aumentar o número processos de trabalho revisados em 10% ao ano					

Linhas de atuação:

- Otimização e simplificação de rotinas
- Tecnologia (modernização)

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar continuamente a gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais e bens e serviços (responsabilidade ambiental) necessários à prestação jurisdicional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Redução do consumo de água						
Redução do consumo de energia						

Linhas de atuação:

- Economicidade
- Redução do custo operacional

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Promover a adequada lotação dos servidores nas unidades, priorizando 1ª instância.

Descrição do Objetivo:

Garantir a melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de lotação de servidores na 1ª Instância						

Linhas de atuação:

- Priorizar a lotação na 1ª instância
- Adequar o número de servidores aos processos de trabalho (rotinas)

Tema:

Acesso à Justiça e Efetividade.

Objetivo Estratégico:

Aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão.

Descrição do Objetivo:

Promover o acesso à Justiça do Trabalho de Santa Catarina e garantir equidade no atendimento à sociedade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de Varas do Trabalho com PROVI	Aumentar em 30% ao ano					

Linhas de atuação:

- Promover meios que garantam a acessibilidade
- Reduzir a distância física às Unidades Judiciárias

Tema:

Acesso à Justiça e Efetividade.

Objetivo Estratégico:

Promover a efetividade no cumprimento das decisões.

Descrição do Objetivo:

Assegurar o cumprimento das decisões emanadas da Justiça do Trabalho de Santa Catarina, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de efetividade no cumprimento das decisões						

Linhas de atuação:

- Modernização dos mecanismos de cumprimento/execução do julgado

Tema:

Alinhamento e Integração.

Objetivo Estratégico:

Promover o alinhamento estratégico e a integração de todas as unidades.

Descrição do Objetivo:

Garantir às unidades da Justiça do Trabalho de Santa Catarina um planejamento estratégico alinhado, respeitando as particularidades locais e visando resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Reuniões de avaliação da estratégia						

Linhas de atuação:

- Aprimorar os mecanismos de gestão estratégica

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar os procedimentos e ampliar a informação à sociedade, estimulando a conciliação e a prevenção de conflitos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de conciliação em conhecimento						
Taxa de efetividade na conciliação						

Linhas de atuação:

- Núcleos de conciliação
- Veiculação de matérias sobre conciliação

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar a comunicação com o público interno e externo.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Avaliações positivas quanto à comunicação interna (pesquisa de clima)						

Linhas de atuação:

- Ampliação dos canais internos e externos de veiculação

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Fortalecer as relações com instituições públicas e privadas.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração da Justiça do Trabalho de Santa Catarina com entidades públicas e privadas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Parcerias que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos						

Linhas de atuação:

- Convênios
- Parcerias
- Comunicação eletrônica

Tema:

Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo Estratégico:

Promover a responsabilidade socioambiental.

Descrição do Objetivo:

Promover a inclusão socioambiental, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão e sua interação com o ambiente.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Redução do consumo de papel						

Linhas de atuação:

- Programa de Gestão Ambiental
- Programa de Responsabilidade Social

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos juízes e servidores com foco na estratégia.

Descrição do Objetivo:

Garantir que os juízes e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Capacitação em estratégia						

Linhas de atuação:

- Desenvolvimento de capacidade de gestão dos líderes
- Política de Gestão de Pessoas

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Melhorar continuamente o clima organizacional.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a percepção positiva do clima organizacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta				
	Linha de base	2010	2011	2012	2013
Percepção positiva do clima organizacional					

Linhas de atuação:

- Política de Gestão de Pessoas
- Pesquisa de Clima
- Gestão por competências

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades da JT/SC, garantindo aos juízes e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais e dos sistemas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Avaliações positivas (pesquisa de clima) quanto à adequação das instalações físicas						

Linhas de atuação:

- Infraestrutura
- Ergonomia
- Segurança das pessoas
- Segurança física institucional
- Padronização das instalações físicas

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir a disponibilidade, a atualização, a ampliação e a integração dos sistemas de TI.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos tecnológicos que permitam o bom desempenho das unidades da JT/SC.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de disponibilidade dos sistemas (PROVI, STDI, consultas de 1º e 2º Grau, pauta e atas de audiências, DOE)						

Linhas de atuação:

- Central de Serviços de Informática
- Segurança da Informação
- Processo judiciário eletrônico
- Processo administrativo eletrônico

Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão orçamentária assegurando a execução da estratégia

Descrição do Objetivo:

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Excelência orçamentária na execução da estratégia						

Linhas de atuação:

- Orçamento para execução da estratégia
- Gestão orçamentária

Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

Assegurar recursos orçamentários necessários ao funcionamento da instituição.

Descrição do Objetivo:

Promover ações orçamentárias visando assegurar os recursos necessários ao funcionamento da instituição. Garantir a aprovação dos recursos orçamentários solicitados.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador	Meta					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
Varição orçamentária						

Linhas de atuação:

- Política de gestão orçamentária

ANEXO III – ESTUDOS (REVISÃO) DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

A definição dos indicadores decorrentes da Revisão do Planejamento Estratégico, realizada em novembro de 2009, está em fase de estudos.

O resultado desses estudos será submetido ao Comitê Estratégico (Portaria PRESI Nº 723/09) para apreciação e deliberação. A partir de então será implementado um plano de comunicação das metas e indicadores e ocorrerá o seu monitoramento.

VISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE SANTA CATARINA (12ª REGIÃO):

“Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência na prestação dos serviços e pela credibilidade, até 2014”.

Indicador 1 – Índice de satisfação do cliente

Frequência de atualização	Anual
Fórmula	Pesquisa de satisfação com o jurisdicionado
Unidade de medida	Porcentagem

Estima-se alcançar 60% o índice de satisfação com o jurisdicionado até 2014.

Objetivo Estratégico 1:

APRIMORAR E UNIFORMIZAR OS MÉTODOS DE TRABALHO

Indicador 1.1 – Número de processos de trabalho com melhorias implementadas

Frequência de atualização	Anual
Fórmula	Nº de processos de trabalho com melhorias implementadas
Unidade de medida	Nº absoluto

Estima-se aumentar em 10% ao ano o nº de processos de trabalho com melhorias implementadas.

Objetivo Estratégico 2:

APRIMORAR CONTINUAMENTE A GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS

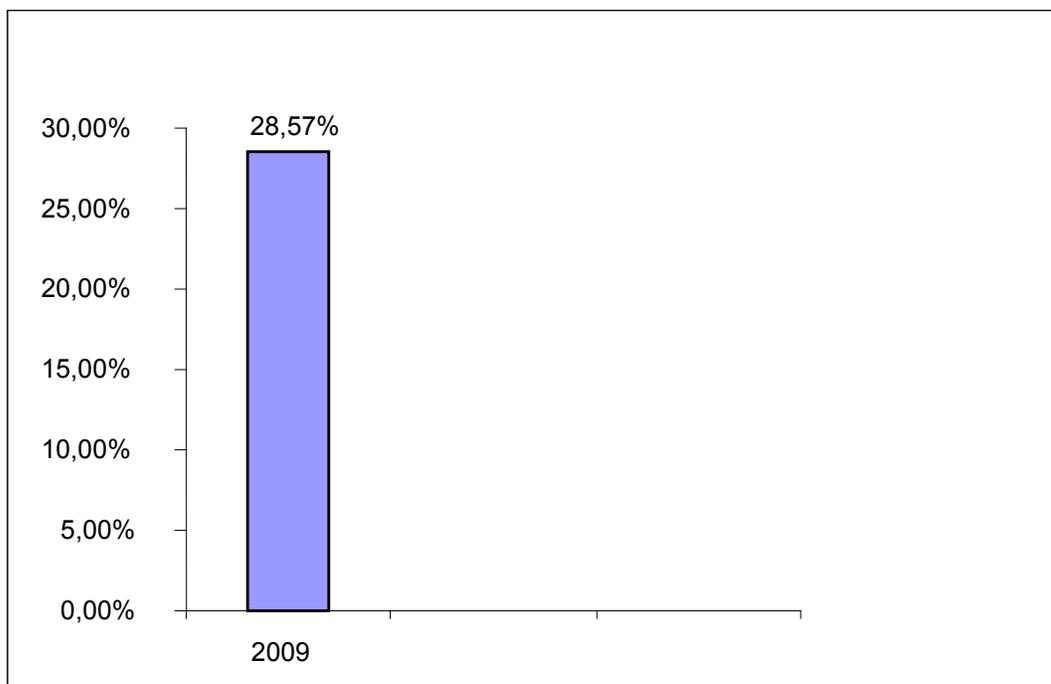
Indicador 2.1 – Indicador a ser definido

Objetivo Estratégico 3:

PROMOVER A ADEQUADA LOTAÇÃO DOS SERVIDORES NAS UNIDADES, PRIORIZANDO A LOTAÇÃO NA 1ª INSTÂNCIA

Indicador 3.1 – Índice de lotação de servidores na 1ª Instância

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	UJLP1 / TU1	
Composição da fórmula	UJLP1	Unidades Judiciárias da 1ª Instância com lotação igual à padrão
	TU1	Total de Unidades Judiciárias da 1ª Instância
Unidade de medida	Percentual	



Para este cálculo foi considerada a lotação-padrão prevista na Resolução CSJT 53/2008. Estima-se alcançar 100% a lotação padrão nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância até 2014.

Objetivo Estratégico 4:

APROXIMAR A JUSTIÇA DO TRABALHO DO CIDADÃO

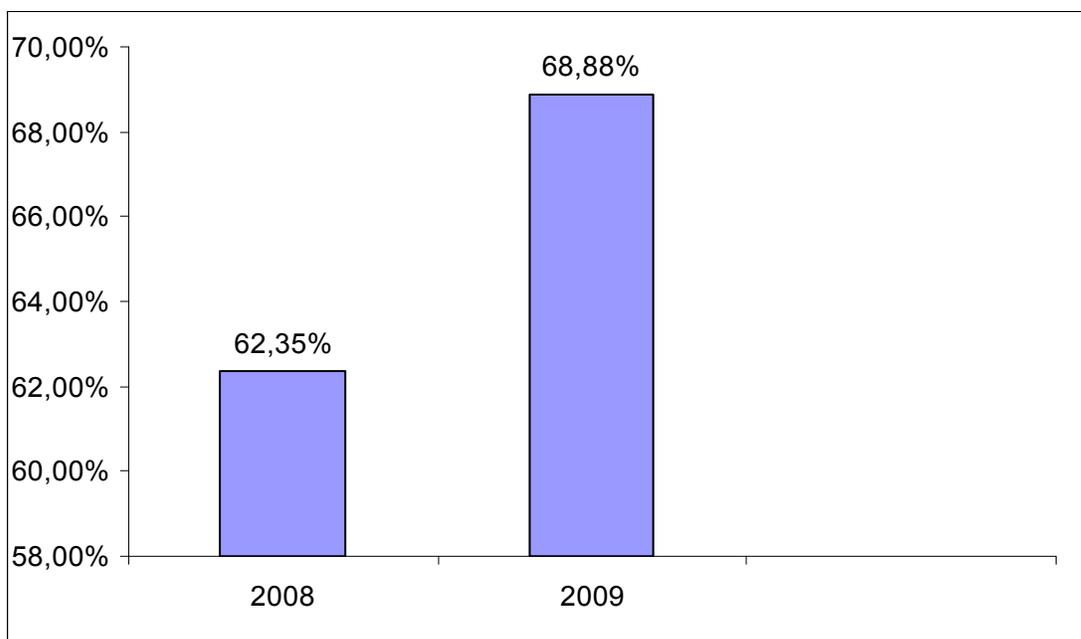
Indicador 4.1 – Indicador a ser definido

Objetivo Estratégico 5:

PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES

Indicador 5.1 – Índice de efetividade no cumprimento das decisões

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	$(EE1 + PQACc1) / PS1$	
Composição da fórmula	EE1	Total de execuções encerradas
	PQACc1	Total de processos quitados por acordo cumprido em conhecimento
	PS1	Total de processos solucionados
Unidade de medida	Percentual	



Para fins deste cálculo são considerados os dados do Boletim Estatístico Anual das Varas do Trabalho. Estima-se alcançar 78% o cumprimento efetivo das decisões nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância até 2014.

Objetivo Estratégico 6:

PROMOVER O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E A INTEGRAÇÃO DE TODAS AS UNIDADES

Indicador 6.1 – Reuniões de avaliação da estratégia

Frequência de atualização	Trimestral	
Fórmula	REER / REEP	
Composição da fórmula	REER	Total de reuniões de execução da estratégia realizada
	REEP	Total de reuniões de execução da estratégia previstas para o período
Unidade de medida	Percentual	

Estima-se alcançar 100% por trimestre para promover o alinhamento estratégico e a integração de todas as unidades.

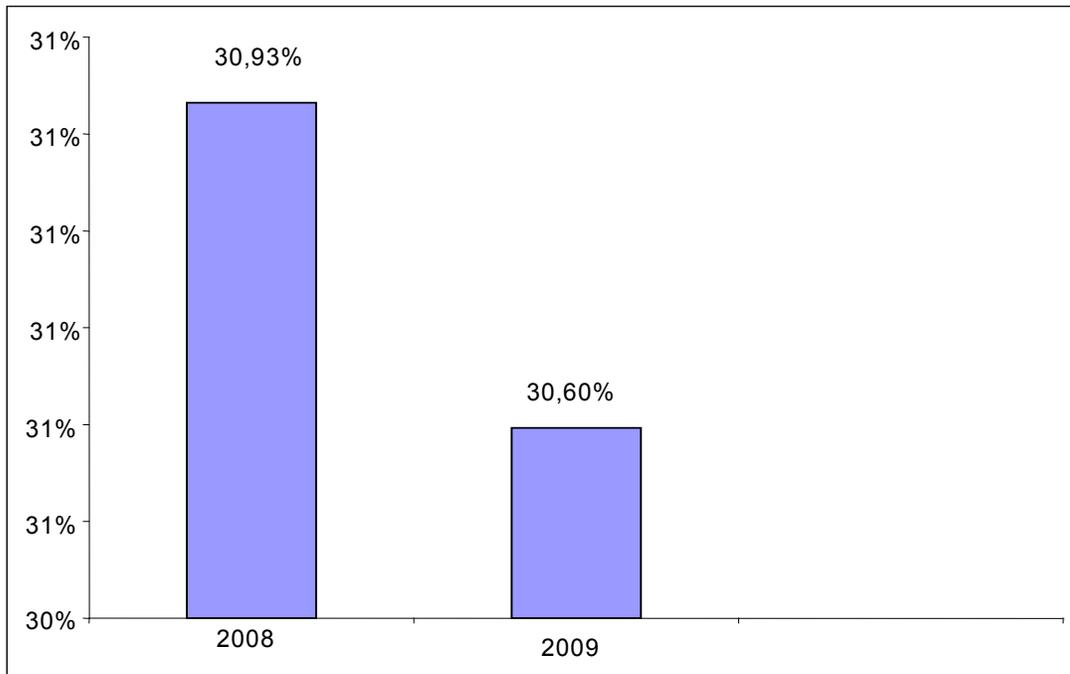
Objetivo Estratégico 7:

ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO E BUSCAR FORMAS DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS

Indicador 7.1 – Índice de conciliação em conhecimento

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	PCc1 / Pc1	
Composição da fórmula	PCc1	Total de processos conciliados em conhecimento na 1ª Instância

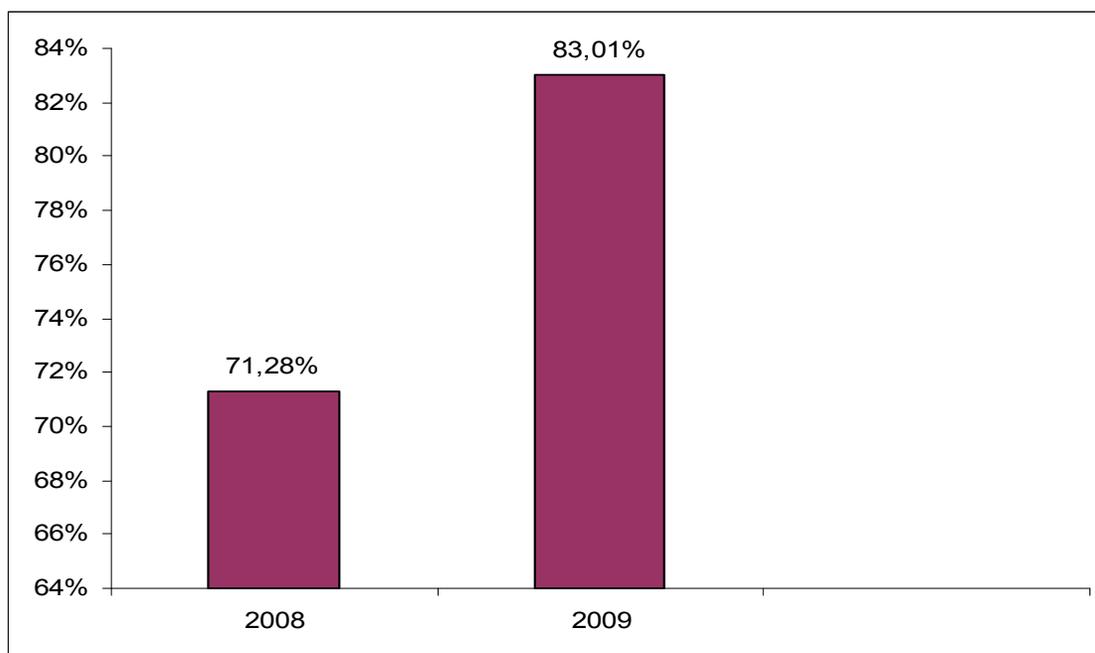
	Pc1	Total de processos em conhecimento na 1ª Instância
Unidade de medida	Percentual	



Para fins deste cálculo são considerados os dados do Boletim Estatístico Anual das Varas do Trabalho. Estima-se alcançar 34% de conciliações nos processos na fase de conhecimento das Unidades Judiciárias de 1ª Instância até 2014.

Indicador 7.2 – Índice de efetividade na conciliação

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	PQACc1 / PCc1	
Composição da fórmula	PQACc1	Total de processos quitados por acordo cumprido em conhecimento na 1ª Instância
	PCc1	Total de processos conciliados em conhecimento na 1ª Instância
Unidade de medida	Percentual	



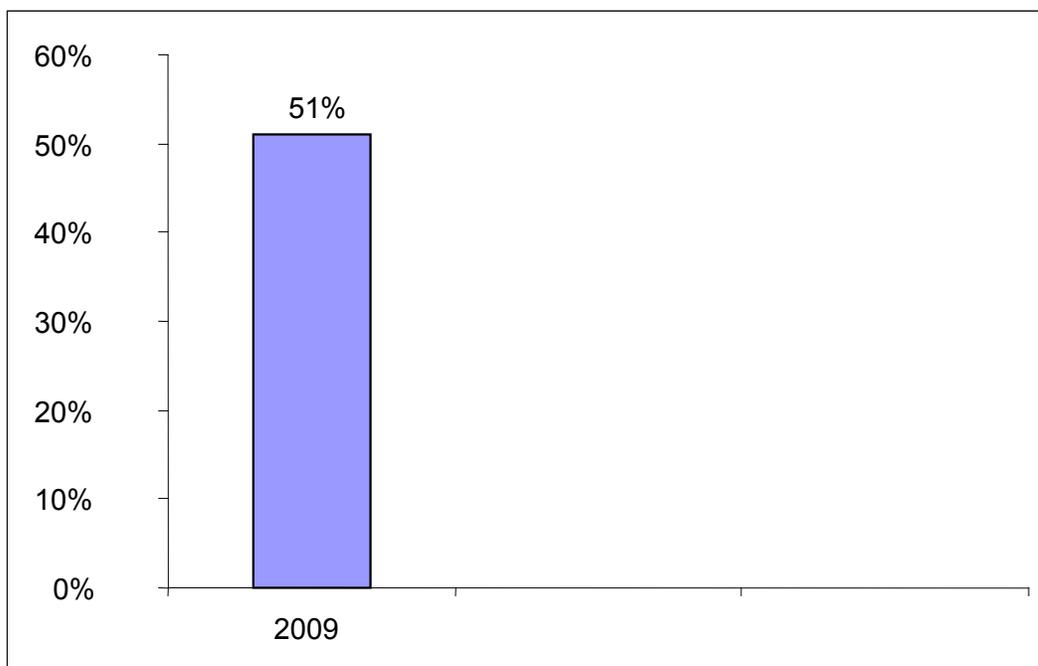
Para fins deste cálculo são considerados os dados do Boletim Estatístico Anual das Varas do Trabalho. Estima-se alcançar 95% do cumprimento efetivo das conciliações nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância até 2014.

Objetivo Estratégico 8:

APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO INTERNO E EXTERNO

Indicador 8.1 – Avaliações positivas quanto à comunicação interna

Frequência de atualização	Bianual
Fórmula	PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL
Unidade de medida	Percentual



Estima-se alcançar em 66% o aprimoramento da comunicação interna no Tribunal até 2013.

Indicador 8.2 – Campanhas de esclarecimento

Frequência de atualização	Anual
Fórmula	Campanhas de Esclarecimento
Unidade de medida	Nº Absoluto

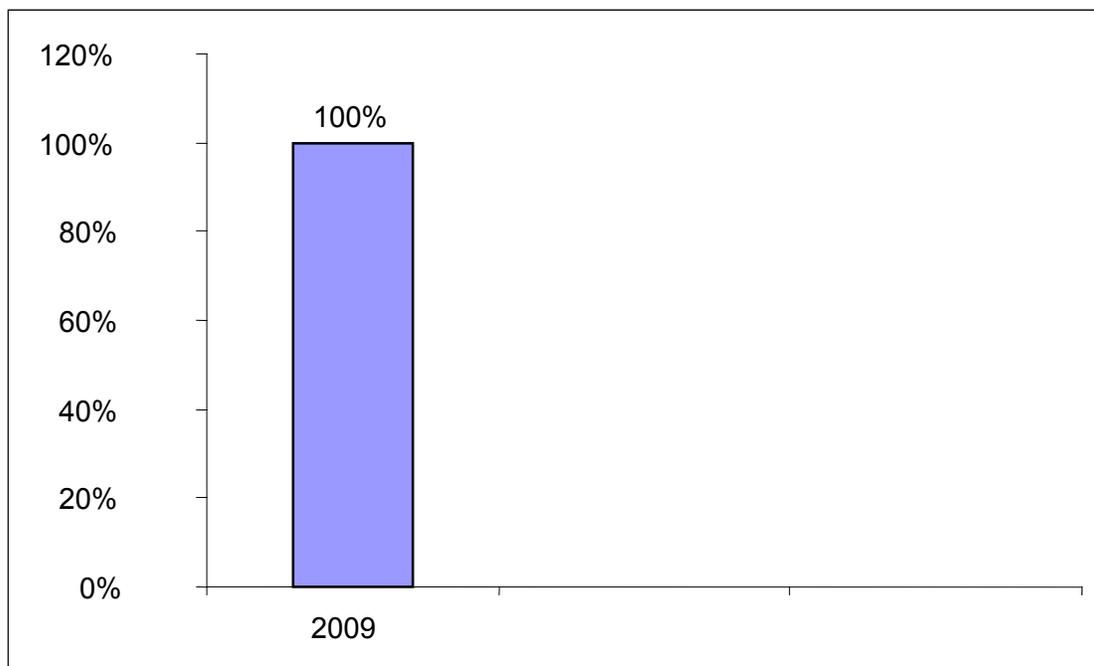
Estima-se alcançar 20 campanhas de esclarecimento sobre direito trabalhista até 2014.

Objetivo Estratégico 9:

FORTALECER AS RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Indicador 9.1 – Índice de parcerias com resultados concretos

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	PCOE / Par	
Composição da fórmula	PCOE	Total de parcerias que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos
	Par	Total de parcerias
Unidade de medida	Percentual	



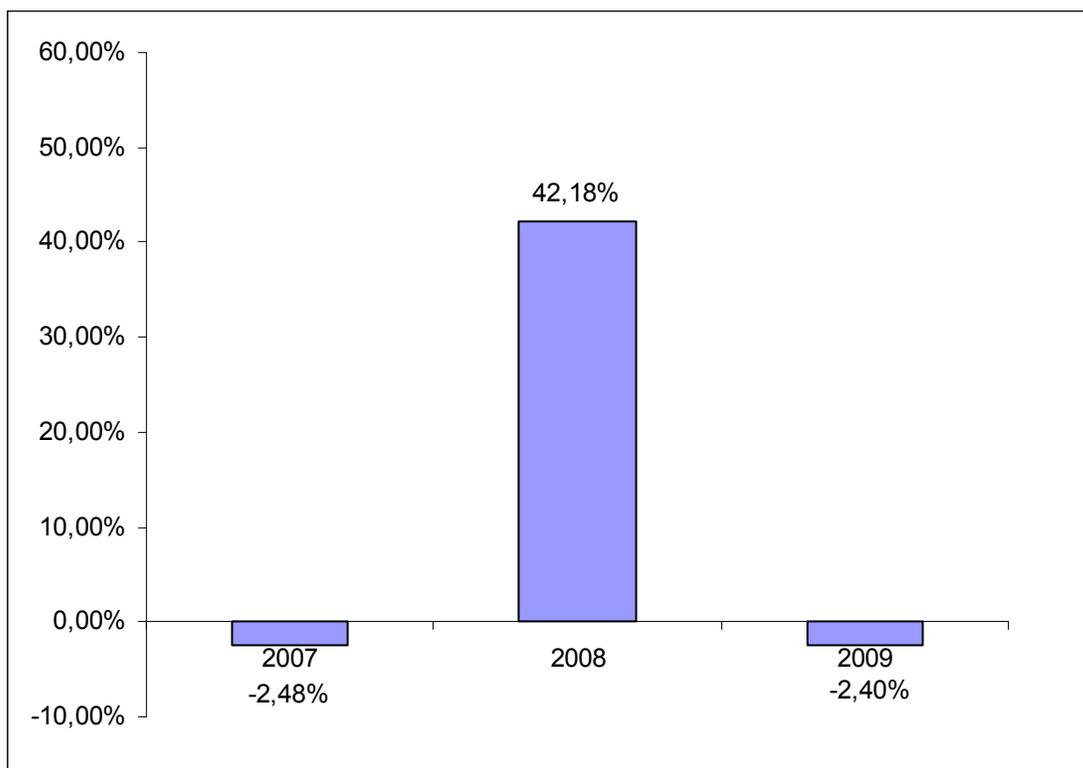
Estima-se manter em 100% os resultados concretos com as parcerias (instituições públicas e privadas) que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal até 2014.

Objetivo Estratégico 10:

PROMOVER A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Indicador 10.1 – Redução do consumo de água per capita

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	$(CAp / JSp) / (CApa / JSpa) - 1$	
Composição da fórmula	CApa	Consumo de água no período anterior
	JSpa	Juízes e Servidores ativos no período anterior
	CAp	Consumo de água no período
	JSp	Juízes e Servidores ativos no período
Unidade de medida	Percentual	

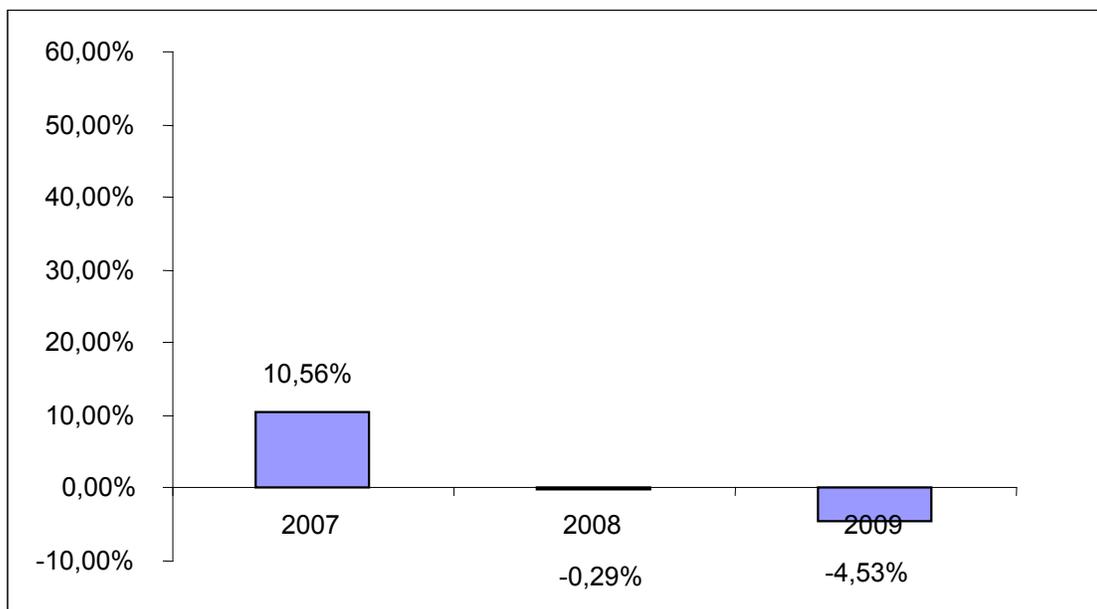


Para fins deste cálculo são considerados apenas o consumo total de água e o número de juízes e servidores ativos por ano. Estima-se reduzir gradualmente o custo do consumo de água até 2014 em até 15% em relação a 2009.

Indicador 10.2 – Redução do consumo de energia per capita

Frequência de atualização	Anual
Fórmula	$(CEp / JSp) / (CEpa / JSpa) - 1$

Composição da fórmula	CEpa	Consumo de energia no período anterior
	JSpa	Juízes e Servidores ativos no período anterior
	CEp	Consumo de energia no período
	JSp	Juízes e Servidores ativos no período
Unidade de medida	Percentual	

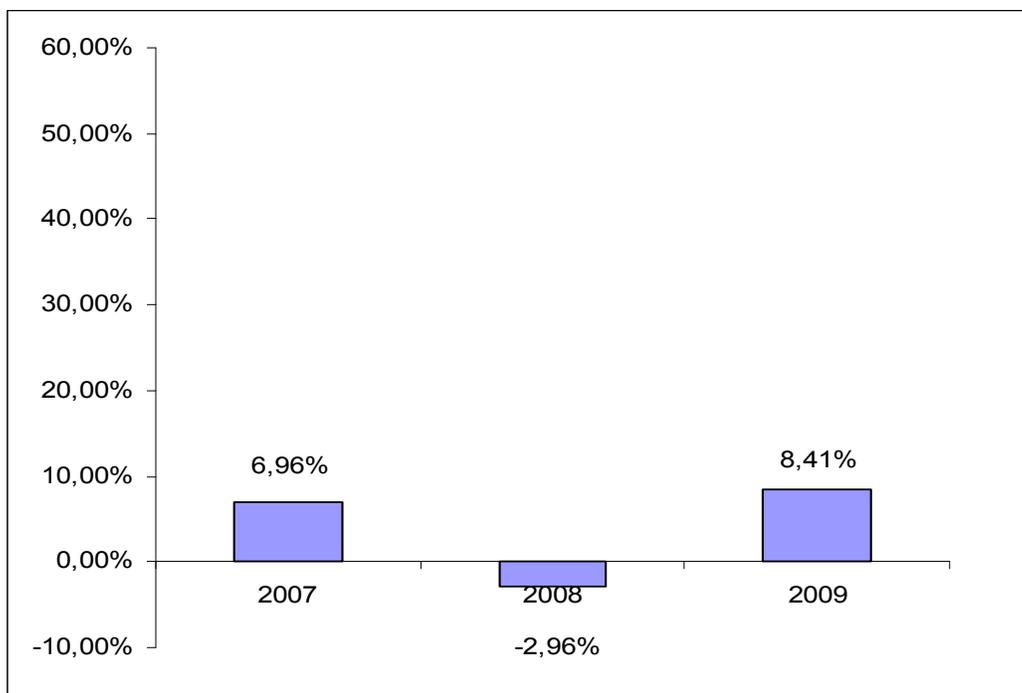


Para fins deste cálculo são considerados apenas o consumo total de energia e o número de juízes e servidores ativos por ano. Estima-se reduzir gradualmente o custo do consumo de energia até 2014 em até 20% em relação a 2009.

Indicador 10.3 – Redução do consumo de papel per capita

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	$(CPp / JSp) / (CPpa / JSpa) - 1$	
Composição da fórmula	CPpa	Consumo de papel no período anterior
	JSpa	Juízes e Servidores ativos no período anterior
	CPp	Consumo de papel no período

	JSp	Juízes e Servidores ativos no período
Unidade de medida	Percentual	

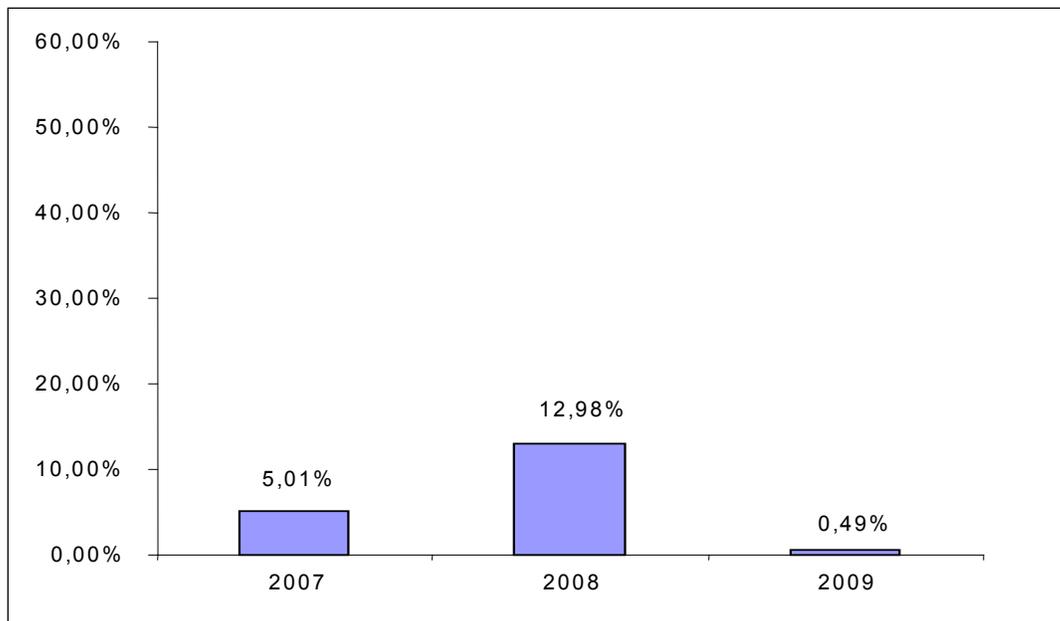


Para fins deste cálculo são considerados apenas o consumo total de papel e o número de juízes e servidores ativos por ano. Estima-se reduzir gradualmente o custo do consumo de papel (resmas) até 2014 em até 25% em relação a 2009.

Indicador 10.4 – Índice de Impacto Ambiental

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	$\frac{(((CPp / JSp) / (CPpa / JSpa) - 1) + ((CAp / JSp) / (CApa / JSpa) - 1) + ((CEp / JSp) / (CEpa / JSpa) - 1))}{3}$	
Composição da fórmula	CPpa	Consumo de papel no período anterior
	CApa	Consumo de água no período anterior
	CEpa	Consumo de energia no período anterior
	JSpa	Juízes e Servidores ativos no período anterior
	CPp	Consumo de papel no período
	CAp	Consumo de água no período

	CEp	Consumo de energia no período
	JSp	Juízes e Servidores ativos no período
Unidade de medida	Percentual	



Estima-se reduzir em 3 % ao ano o custo do impacto ambiental até 2014, implantando o sistema de compras sustentáveis.

Objetivo Estratégico 11:

DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS JUÍZES E SERVIDORES COM FOCO NA ESTRATÉGIA

Indicador 11.1 – Índice de capacitação nas competências estratégicas

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	JSCE / JSp	
Composição da fórmula	JSCE	Total de juízes e servidores capacitados no ano em cursos e eventos voltados à estratégia
	JSp	Juízes e servidores ativos no período
Unidade de medida	Percentual	

Estima-se capacitar 30% do total de juizes e servidores em cursos e eventos, e será relativo ao ano em questão, não se acumulando de um ano para o outro.

Indicador 11.2 – Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação

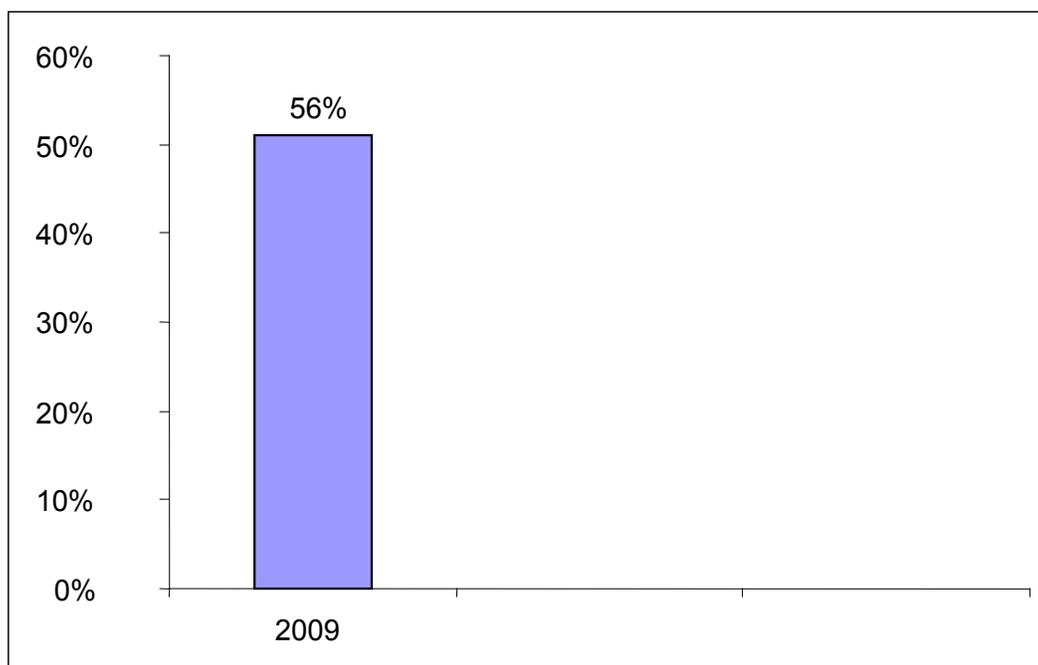
Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	OCAC / Op	
Composição da fórmula	OCAC	Orçamento de custeio aplicado em capacitação
	Op	Orçamento atual
Unidade de medida	Percentual	

Objetivo Estratégico 12:

MELHORAR CONTINUAMENTE O CLIMA ORGANIZACIONAL

Indicador 12.1 – Percepção positiva do clima organizacional

Frequência de atualização	Bianual
Fórmula	PESQUISA DE CLIMA
Unidade de medida	Percentual



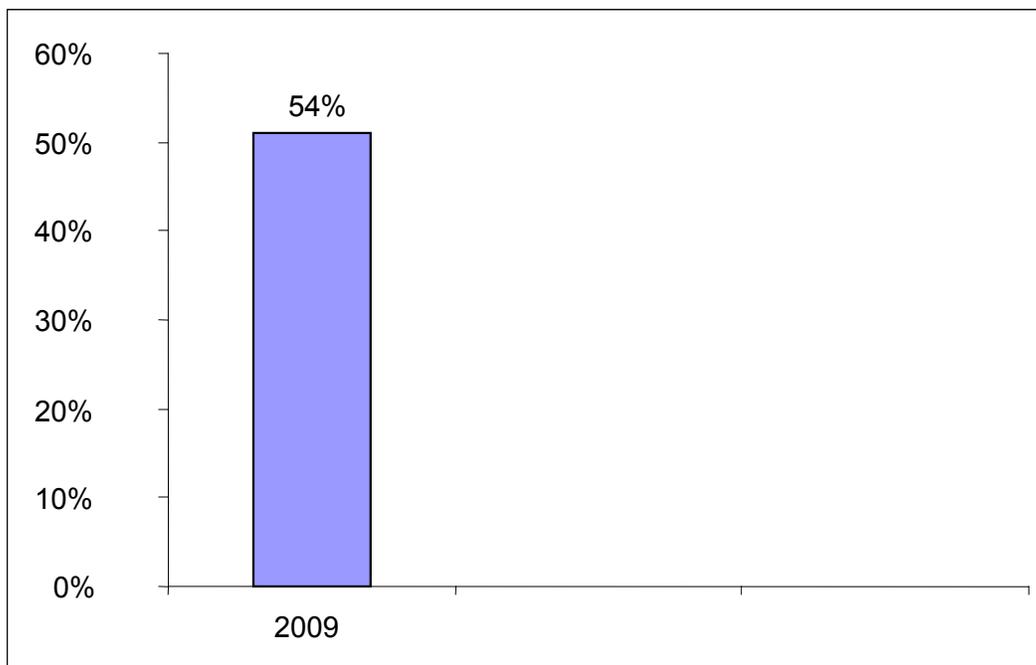
Estima-se alcançar em 67% a percepção positiva do clima organizacional no Tribunal até 2013.

Objetivo Estratégico 13:

GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

Indicador 13.1 – Avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas

Frequência de atualização	Bianual
Fórmula	PESQUISA DE CLIMA
Unidade de medida	Percentual



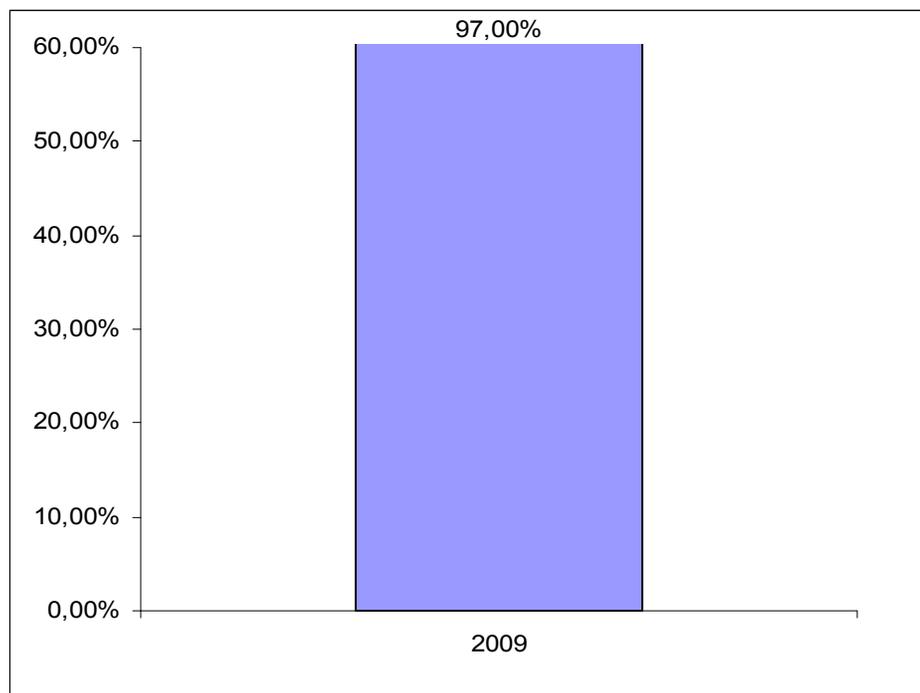
Estima-se alcançar em 71% a satisfação de juízes e servidores em relação as instalações físicas apropriadas às atividades administrativas e judiciais do Tribunal até 2013.

Objetivo Estratégico 14:

GARANTIR A DISPONIBILIDADE, A ATUALIZAÇÃO, A AMPLIAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Indicador 14.1 – Índice de disponibilidade dos sistemas

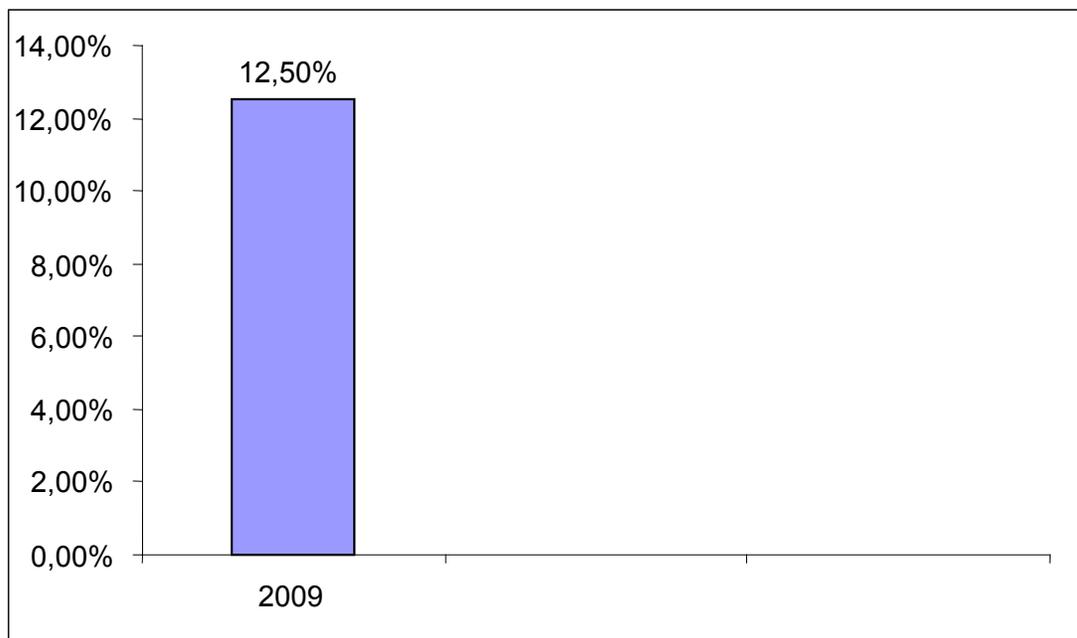
Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	TDS / TTp	
Composição da fórmula	TDS	Tempo de disponibilidade dos sistemas
	TTp	Tempo total do período
Unidade de medida	Percentual	



Para o cálculo do tempo de disponibilidade dos sistemas, são desconsiderados os períodos de manutenção programada (calculados como disponíveis). Estima-se alcançar em 99% o índice de disponibilidade dos sistemas do Tribunal até 2014.

Indicador 14.2 – Índice de Varas do Trabalho com PROVI

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	UJpr1 / TU1	
Composição da fórmula	UJpr1	Total de Unidades Judiciárias da 1ª Instância com PROVI
	TU1	Total de Unidades Judiciárias da 1ª Instância
Unidade de medida	Percentual	



Estima-se alcançar em 100% as Unidades Judiciárias de 1ª Instância com PROVI até 2012.

Objetivo Estratégico 15:

BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA ASSEGURANDO A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Indicador 15.1 – Índice de execução do orçamento estratégico

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	PEEDO / PEP	
Composição da fórmula	PEEDO	Número de projetos estratégicos executados por disponibilidade de orçamento

	PEP	Total de projetos estratégicos previstos para o período
Unidade de medida	Percentual	

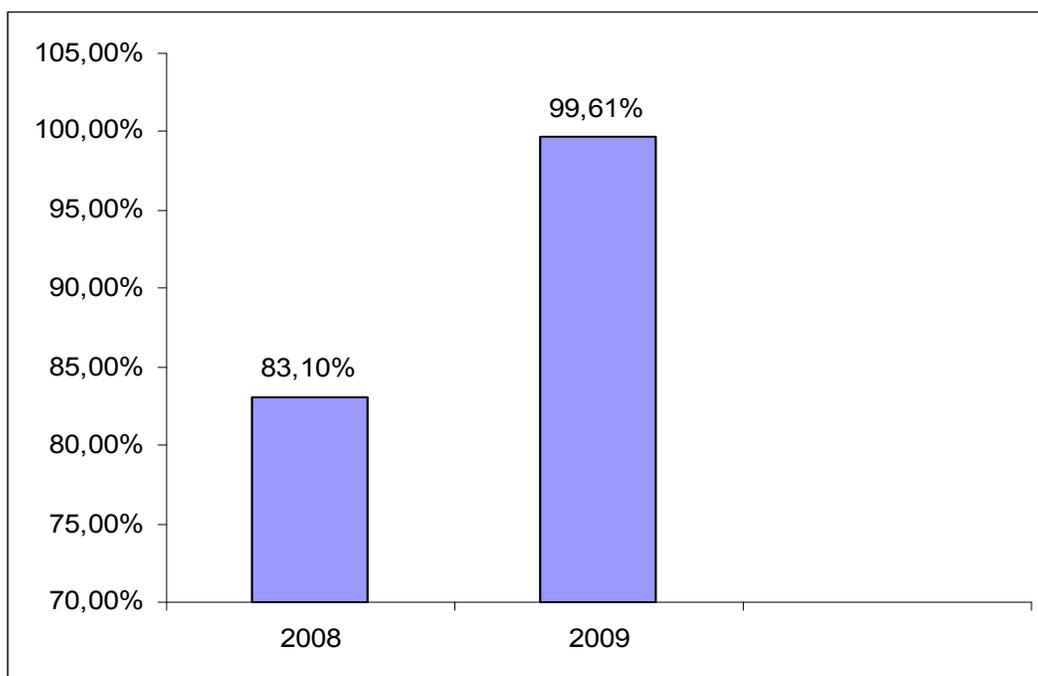
Estima-se alcançar em 100% o índice de execução do orçamento estratégico do Tribunal até 2014.

Objetivo Estratégico 16:

ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO

Indicador 16.1 – Variação orçamentária

Frequência de atualização	Anual	
Fórmula	$Op / (Opa + CrApa)$	
Composição da fórmula	Op	Orçamento atual
	Opa	Orçamento do período anterior
	CrApa	Créditos adicionais do período anterior
Unidade de medida	Percentual	



Estima-se manter maior ou igual a 100% os recursos orçamentários necessários ao funcionamento da instituição anualmente até 2014.

ANEXO IV - PORTFÓLIO 2008-2013

PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DA JT-SC

PLANO 2008-2013

(SITUAÇÃO EM NOVEMBRO DE 2009)

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Objetivo Estratégico	Programa	Projeto	Situação
01. Aprimorar continuamente a prestação de serviços jurisdicionais.		Formação de rol de peritos médicos	Concluído
		Justiça Itinerante e Mutirão da cidadania	Não iniciado
		Proposta de atualizações de normas ao CSJT	Não iniciado
		Uniformização das jurisprudências	Execução
02. Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos.	Conciliar no TRT/SC é legal	PROGRAMA: Conciliar no TRT/SC é legal	Execução
		Conciliação nos processos em execução	Execução
		Núcleos de conciliação	Execução
10. Ampliar o reconhecimento da relevância e da credibilidade do TRT 12a Região junto à sociedade.	Atendimento ao cidadão	Ampliação dos canais de veiculação	Planejamento
		PROGRAMA: Atendimento ao cidadão	Execução
	Responsabilidade socioambiental	Canais Abertos para o TRT	Execução
		PROGRAMA: Responsabilidade socioambiental	Execução
		TRT Ensinar e aprender	Execução
		Voluntariado	Não iniciado

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Objetivo Estratégico	Programa	Projeto	Situação
05. Manter permanentemente atualizados a estrutura organizacional e o funcionamento da instituição.		Atualização do Regimento Interno	Execução
		Fiscalização de contratos	Execução
		Padronização das instalações físicas	Execução
		Racionalização da estrutura organizacional	Execução
		Terceirização de serviços	Execução
06. Manter sempre atualizados e revistos os processos de trabalho (rotinas) jurisdicionais e administrativos.	Melhorias nos processos de trabalho	PROGRAMA: Melhorias nos processos de trabalho	Execução
		Melhorias nos processos de trabalho da área administrativa	Não iniciado
		Melhorias nos processos de trabalho de 1ª Instância	Execução
		Melhorias nos processos de trabalho de 2ª Instância	Execução
		Metodologia para gestão de processos de trabalho	Execução
08. Ampliar o ritmo da modernização da instituição pelo uso mais intenso de Tecnologia da Informação.		Central de Serviços de Informática	Execução
		Gestão centralizada de dados	Pausado
		Gestão de portfólio de projetos de TI	Execução
		Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	Execução
		Plano de Continuidade de Negócio	Execução
	Eliminação progressiva do uso do papel	PROGRAMA: Eliminação progressiva do uso do papel	Execução
		Gestão eletrônica de documentos administrativos	Execução
		Processo judicial virtual	Execução
		Integração de sistemas e uniformização de	PROGRAMA: Integração de sistemas e uniformização de tecnologia

PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DA JT-SC
 PLANO 2008-2013
 (SITUAÇÃO EM NOVEMBRO DE 2009)

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Objetivo Estratégico	Programa	Projeto	Situação
04. Aprimorar as ações voltadas à qualidade de vida.	Qualidade de vida no trabalho	PROGRAMA: Qualidade de vida no trabalho	Execução
07. Manter um quadro de pessoal comprometido e bem preparado para os desafios da modernização e da melhoria de desempenho da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.	Gestão por competências	PROGRAMA: Gestão por competências	Execução
		Avaliação de desempenho	Execução
		Banco de Talentos	Planejamento
	Capacitação permanente	PROGRAMA: Capacitação permanente	Execução

PERSPECTIVA PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Objetivo Estratégico	Programa	Projeto	Situação
03. Funcionar de maneira cada vez mais eficiente por meio da adoção de mecanismos técnicos e de gestão estratégica.		Banco de idéias e melhores práticas	Planejamento
		Políticas para funcionamento do Tribunal	Planejamento
		Sistematização de comissões no Tribunal	Planejamento
	Gestão Estratégica	PROGRAMA: Gestão Estratégica	Execução
		Escritório de projetos estratégicos	Execução
		Painel de indicadores	Execução
		Planejamento estratégico	Concluído
	Gestão Estratégica de Pessoas	Sistema de apoio a tomada de decisão	Execução
		PROGRAMA: Gestão Estratégica de Pessoas	Execução
		Desenvolvimento de capacidade de gestão dos líderes	Execução
Pesquisa de Clima		Execução	
Política de Gestão de Pessoas		Planejamento	
09. Alinhar o planejamento orçamentário ao planejamento estratégico		Gestão orçamentária	Execução